

Disputa entre empresários e estados trava Supersimples

PÁGINA 3

LUIZ CHAVES/PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL



Agricultores em Caxias do Sul (RS): Pronaf auxilia o aumento da produção e da renda, mas exige qualificação do produtor

Solidariedade poderá ser premiada com incentivo fiscal

Doações destinadas à assistência social poderão ser deduzidas do Imposto de Renda. É o que determina projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

PÁGINA 4

Adiada decisão sobre Suassuna; relator não vê culpa em Serys

Conselho de Ética adia votação do relatório de Jefferson Péres pela cassação de Ney Suassuna. Já o relator Paulo Octávio não vê culpa na senadora Serys Shessarenko.

PÁGINA 5

Agricultura familiar: ampliação do crédito e anistia de dívidas no Nordeste

PÁGINAS 8 E 9

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
ACONTECEU NO SENADO	Página 15

Pequenos partidos temem falta de espaço em 2007

Criada para desestimular a formação de partidos sem legitimidade, a cláusula de barreira, que passará a valer a partir de 2007, dificultará a atuação de pequenas legendas como o PRB, PRTB, PCdoB e PPS. Pelas novas regras, seus parlamentares não poderão formar bancada, participar de comissões, encaminhar votações ou usar a palavra nos espaços reservados para comunicados de líderes. O Tribunal Superior Eleitoral discute caminhos possíveis para os partidos que não atingiram 5% dos votos nacionais, com mais de 2% em pelo menos nove estados, como fusões e mudanças de legendas.

PÁGINAS 10 E 11

Preconceito favorece o tráfico humano

O preconceito de agentes policiais é um poderoso inimigo do combate ao tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual. Muitos policiais acreditam que as mulheres foram aliciadas por serem prostitutas e, logo, teriam uma parcela de culpa por sua situação (quando a legislação não considera relevante a “conduta” da vítima na caracterização desse tipo de crime). Mas, na verdade, as estatísticas revelam que os traficantes fazem muitas vítimas entre mulheres que jamais poderiam ser chamadas de “profissionais do sexo”.

PÁGINAS 6 E 7

cidadania

Conheça as regras para fazer seguro de automóvel

Para evitar surpresas desagradáveis ao tentar receber o prêmio de um seguro de veículo, é preciso conhecer bem as cláusulas e concordar com todas as condições do contrato, antes de assiná-lo. Certifique-se de que o corretor seja de confiança e escolha uma seguradora idônea.

PÁGINA 16

PLENÁRIO

Queda-de-braço pelo Supersimples

Mesmo com regime de urgência, o projeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, conhecido como Supersimples (PLC 100/06), só deverá ser votado em novembro, após o segundo turno das eleições. A previsão foi feita pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), em Plenário, na última sexta-feira.

– Deveremos votar depois das eleições para que as emoções eleitorais não contaminem legislação tão importante – disse Jucá.

Apesar das pressões do empresário e do desejo do governo em apressar a sua aprovação, dada a possibilidade de regularizar boa parte dos 10,3 milhões de empreendimentos que vivem à margem da economia formal e contribuir para o crescimento do país, a Lei Geral terá que transpor ainda um obstáculo colocado por estados e municípios.

Os secretários estaduais de Fazenda, integrantes do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), e representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM) articulam-se para adiar a votação do projeto no Plenário. Depois de encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e com o relator da matéria, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), na terça-feira, eles pediram a realização de audiência pública para discutir o texto aprovado na Câmara e entregaram documento com 11 pontos que precisariam ser aperfeiçoados.

O movimento, conforme entrevista da coordenadora do Confaz, Lina Maria Vieira, ao *Jornal do Senado*, deverá ser ampliado a partir desta

semana. Reunidos em Belém (PA), os secretários de Fazenda ouviram na última quinta-feira o apelo da coordenadora do Confaz para que se empenhem junto aos senadores para postergar a votação. Segundo Lina Vieira, o Confaz não é contra o projeto.

– Queremos sintonia, porque a proposta não foi construída com a participação dos estados e dos municípios – disse.

O pleito dos secretários conta com a ajuda do clima de disputa eleitoral que continua a obstaculizar os acordos entre governo e oposição. Nem sequer uma reunião entre os líderes partidários foi realizada na semana passada para definir uma pauta de votação antes do segundo turno, em 29 de outubro. A Lei Geral permanece na ordem do dia, mas, por ser projeto de lei complementar, sua aprovação exige os votos favoráveis de 41 senadores, quórum difícil de atingir nesta altura da corrida presidencial.

Mas deverá ocorrer uma queda-de-braço entre os representantes dos fiscos estaduais e municipais e lideranças empresariais. Na última quarta-feira, dirigentes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) reunidos em Palmas (TO) decidiram intensificar sua mobilização perante os senadores para agilizar a votação. Eles querem evitar mudanças que exi-



Paulo Ziulkolski, representante dos municípios, e Lina Vieira, do Confaz, levam reivindicações a Renan

jam o retorno do texto à Câmara. A posição conquistou apoios importantes, como o do próprio relator e do presidente do Senado.

– Os secretários estão contra o projeto e querem empurrá-lo para janeiro de 2008 (o texto prevê seu início em janeiro de 2007). Mas é um grande engano temer a renúncia fiscal que ele possa acarretar no curto prazo, porque a formalização aumentará a base dos contribuintes e proporcionará crescimento na arrecadação tributária no médio e longo prazos – defende o vice-presidente do Sebrae, Luiz Otávio Gomes, que representa 2.038 associações comerciais.

O que está por trás da queda-de-braço é a definição do montante da perda fiscal para os cofres estaduais e municipais e, nesse aspecto, haverá uma guerra de números. Entre

os 11 pontos listados pelo Confaz e pela CNM, os secretários estimam que o Supersimples – que unificou oito tributos, dos quais seis federais, além dos ICMS estadual e do ISS municipal – imporá um “prejuízo” para os estados e os municípios da ordem de R\$ 1,08 bilhão por ano, com a isenção do recolhimento do salário educação.

Esses cálculos são rebatidos por estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), encomendado pelo Sebrae, que dimensiona essa renúncia em R\$ 163 milhões, dos quais R\$ 100 milhões corresponderiam aos repasses federais que os estados e os municípios deixariam de contar. “O Simples federal já isenta as micro e as pequenas empresas da cobrança do salário educação desde 1996”, lembra André Spínola, consultor do Sebrae. O cálculo, portanto, não

poderia abranger os dois milhões de empresas que já optaram pelo Simples. Spínola explica que ele deve refletir a renúncia fiscal sobre as que vão aderir imediatamente ao Supersimples: “de 200 a 300 mil empresas”.

Além disso, o estudo da Fundação Getúlio Vargas projeta os ganhos que podem ser obtidos ao longo do tempo. Na hipótese mais otimista de conseguir regularizar quatro milhões de empreendimentos com faturamento até R\$ 15 mil anuais e obter a formalização de 50% das receitas das micro e das pequenas empresas já enquadradas no Simples, poderá haver um aumento na arrecadação tributária de quase R\$ 11 bilhões por ano, dos quais R\$ 5,1 bilhões para os cofres estaduais e R\$ 1,1 bilhão para os municipais.

Definição da renúncia fiscal dos estados e municípios é obstáculo

estaduais e municipais e lideranças empresariais. Na última quarta-feira, dirigentes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) reunidos em Palmas (TO) decidiram intensificar sua mobilização perante os senadores para agilizar a votação. Eles querem evitar mudanças que exi-

DECISÕES

Regulada atividade de agente de saúde

O Plenário do Senado aprovou medida provisória (MP 297/06) que regulamenta as atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias. Embora a matéria tenha sido encaminhada à promulgação, a discussão sobre o assunto ainda não foi encerrada. Projeto de lei (PLS 270/06) do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que trata do regime jurídico e da forma de seleção dessas categorias também foi aprovado e enviado à Câmara dos Deputados.

A proposição partiu de divergências em torno do artigo 8º da MP 297/06, que submetia os agentes admitidos pelos municípios e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) às regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na opinião do pefelista, relator-revisor da MP, a mudança proposta era “um retrocesso sem tamanho”, pois colocaria os agentes em risco de demissão a cada mudança de prefeito.

Para eliminar essa vulnerabilidade, o PLS 270/06 vincula esses profissionais, inclusive os contratados pela Funasa, ao mes-

mo regime jurídico aplicado aos servidores da área de saúde, ou seja, estatutário. A preocupação de garantir o acesso aos cargos via concurso público fez Tourinho estabelecer que os agentes serão admitidos por meio de processo seletivo público, que poderá incluir provas, entrevistas e títulos e a participação do conselho de saúde local em todas as fases da seleção.

Os questionamentos do relator da MP 297/06 foram compartilhados pelos senadores Heloísa Helena (PSOL-AL), Almeida Lima (PMDB-SE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN) e Romeu Tuma (PFL-SP). Os senadores petistas Sibá Machado (AC), Ideli Salvatti (SC), Roberto Saturnino (RJ) e Eduardo Suplicy

(SP) também aderiram à proposta e, ao apelar pela aprovação da MP sem mudanças, afirmaram o compromisso do partido de acelerar a aprovação do PLS 270/06 na Câmara.

Senado aprova 8,5 mil novos cargos no ensino superior

O Senado aprovou e enviou à sanção presidencial o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 20/06, originário da MP 296/06, que criou 8.593 cargos no quadro de

pessoal das instituições federais de educação profissional e tecnológica. As vagas – 3.430 de técnico-administrativo e 2.820 de professor – serão destinadas

às novas unidades de ensino descentralizadas dos centros federais de educação tecnológica, aos campi vinculados à Universidade Tecnológica Federal do Paraná e aos centros federais de educação tecnológica originados a partir da transformação de escolas agrotécnicas federais.

Também foram criados 540 cargos de direção e funções gratificadas nas universidades federais. A justificativa do Executivo ao editar a MP é a necessidade de preencher as vagas abertas com a criação de novas universidades federais.



Durante discurso de Heloísa Helena, Antonio Carlos, Tuma e Ideli Salvatti negociam votação

COMISSÕES



Mesquita Júnior, Mão Santa, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro acompanham votação da proposta

Incentivo a doações para assistência social

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) apresentou, na última quarta-feira, parecer favorável ao projeto de lei que prevê a concessão de incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas em troca de doações destinadas à assistência e à promoção social. A matéria, que será encaminhada para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), é de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e teve como relator *ad hoc* o senador Mão Santa (PMDB-PI).

O projeto (PLS 383/03) altera a legislação do Imposto de Renda a fim de estimular a população a participar da assistência social às pessoas carentes. Pela proposta, os contribuintes terão direito a dedução no Imposto de Renda relativa a doações em dinheiro ou bens, que serão destinadas ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Fundo Nacional de Assistência Social e ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A proposta também prevê o repasse das doações às

entidades e organizações que possuam atestado de registro e de certificado de entidade beneficente de assistência social.

A proposição ainda define regras de controle dos repasses, ao estabelecer que as doações em espécie serão depositadas em conta corrente específica, cujos administradores estarão obrigados a emitir comprovante que identifique com precisão o doador e os recursos doados. Os órgãos responsáveis pela administração das contas dos fundos também deverão manter formas de controle sobre os bens e os recursos recebidos, além de informar mensalmente à Secretaria da Receita Federal as doações recebidas, com a identificação do doador e do total dos recursos encaminhados às entidades.

Na justificativa do projeto, Sérgio Zambiasi defende a necessidade de as empresas brasileiras se colocarem a serviço do desenvolvimento econômico inclusivo e socialmente sustentável, “o que permitirá ao país superar a tragé-

dia da miséria, do desemprego e da desigualdade”.

Participação dos senadores nas eleições

Após a reunião, o presidente da CAS, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), enalteceu a participação dos senadores no primeiro turno das eleições realizadas no dia 1º de outubro, parabenizando tanto aqueles que conseguiram reeleger-se quanto os que não obtiveram votação suficiente para o exercício do mandato.

– O Brasil se credencia perante o mundo cada vez mais, apesar de todos os escândalos. A classe política teve grande oportunidade de retemperar suas idéias e trazer para o âmbito da Câmara e do Senado novos parlamentares comprometidos com a ética e a decência, que irão trabalhar para corrigir as distorções sociais. A democracia ganhou muito com a participação dos senadores nos estados – concluiu o presidente da comissão.

Aprovado relatório de Paim sobre salário mínimo

Por unanimidade, a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo aprovou, na última quarta-feira, o relatório final elaborado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) que propõe a vinculação definitiva do reajuste anual dos aposentados ao aumento concedido ao salário mínimo.

O relatório, que ainda será analisado e votado pelos plenários do Senado e da Câmara, sugere que o reajuste anual para o salário mínimo não seja inferior ao repasse da inflação do ano anterior, acrescido do dobro do aumento do PIB, também do ano antecedente.

Paulo Paim explicou que, nas propostas de seu relatório, extinguiu o chamado fator previdenciário por entender que ele implica perda de 40% nas aposentadorias das mulheres e 32% nas dos homens, o que representa “uma injustiça” para o senador.

Segundo o relator, o fator previdenciário diminui o valor das aposentadorias em função da idade do segurado ao se aposentar, quando esse cálculo deveria, na opinião do senador, considerar apenas o tempo de contribuição.

Paim ressaltou ainda a importância social da proposta, contida no relatório, de desonerar impostos da folha salarial das empresas para concentrá-los no faturamento. “É justo. A empresa que faturar mais pagará mais imposto”, observou o parlamentar.

Restituição do Imposto de Renda pode ter nova regra

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, na terça-feira passada, em turno suplementar, substitutivo ao projeto que obriga o governo a devolver o Imposto de Renda retido a mais na fonte no mesmo ano da entrega da declaração. A matéria foi aprovada em decisão terminativa. Segundo o presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), não foram apresentadas emendas nessa segunda votação da proposta (PLS 41/04).

Pelo substitutivo do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o governo fica dispensado da imposição quando o contribuinte entregar ou retificar a declaração do IR depois do prazo estipulado pela Receita Federal. Também ficarão de fora os contribuintes em cujas declarações forem detectados indícios de irregularidades.

Na justificativa do projeto, seu autor, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), afirma que a Lei 9.250/95, que altera a legislação do Imposto de Renda Pessoa Física, ao mesmo tempo em que fixa o prazo para o pagamento de diferença de valor em favor do fisco, é omissa quando se trata da restituição de valores pagos a maior pelo contribuinte.

– Tal anomalia tem causado sérios prejuízos aos contribuintes, que, muitas vezes, embora credores da Receita Federal, são obrigados a pagar juros extorsivos oferecidos pelas instituições bancárias para fazer face a seus compromissos financeiros – ressalta Tourinho.

Direitos das pessoas com deficiência em debate

Dois requerimentos do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) solicitando audiências públicas para debater o ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho foram aprovados pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira passada.

Conforme o senador, as audiências públicas deverão ser realizadas em novembro, na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que funciona no âmbito da CAS, durante a realização de mais uma edição da Semana de Valorização das Pessoas com Deficiência, promovida pelo Senado.

O primeiro requerimento solicita a realização de debate sobre a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, segundo as diretrizes da política de cotas traçada pelo go-

Audiências serão sobre mercado de trabalho e convenção da ONU

.....

verno. Na justificativa do requerimento, Azeredo argumenta que, “cinco anos depois de aprovada a lei que estabelece uma cota de pessoas com deficiência nas empresas, estas alegam encontrar dificuldades para desenvolver projetos bem estruturados que cumpram as exigências da lei; além disso, a dificuldade de encontrar mão-de-obra qualificada tem sido um desafio. Então, percebe-se que o direito à cota da pessoa com deficiência no trabalho não está sendo observado”.

O segundo requerimento pede audiência pública para avaliar a participação dos senadores na elaboração da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, proposta

pela Organização das Nações Unidas (ONU). Também nesse sentido foi aprovado, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na última quinta-feira, requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) sugerindo audiência pública para analisar propostas contidas na convenção e ainda o projeto de lei que institui o Estatuto dos Portadores de Deficiência (PLS 6/03).

O debate na CDH deve ocorrer no dia 8 de novembro, a partir das 10h. Segundo Paim, a audiência se destina a adequar o projeto de lei aos termos consagrados pela Convenção Internacional dos Direitos dos

Portadores de Deficiência, o primeiro tratado sobre direitos humanos aprovado neste século pela ONU. Dez convidados já confirmaram presença no evento, entre eles o ministro Paulo de Tarso Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e Joelson Dias, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).

Sessão especial abrirá Semana de Valorização

Será aberta com uma sessão especial, no dia 21 de novembro, a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

No requerimento em que solicitou a sessão especial, aprovado na quarta-feira passada, o presidente da Casa, Renan Calheiros, afirmou que “a garantia dos direitos individuais e coletivos das pessoas com deficiência é prática republicana que consta da pauta do Poder Legislativo brasileiro”.

Homenagem ao Dia da Ciência pela Paz

O Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento será o tema da hora do expediente de 8 de novembro. A Comissão de Educação aprovou, na terça-feira passada, requerimento de Flávio Arns (PT-PR) nesse sentido.

De acordo com o senador, a comemoração tem o objetivo de fortalecer a “preocupação pública com o papel da ciência para as sociedades sustentáveis e pacíficas”. Também foram aprovados na reunião o Projeto de Lei da Câmara 44/06, que denomina Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes a obra de engenharia a ser construída no trevo entre as rodovias BR-116 e RJ-130, no município de Teresópolis (RJ), e 20 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em diversos estados.

CAE acolhe contrato entre Brasil e Nigéria

Foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autorização para contratação de operação financeira entre o Brasil e a Nigéria no valor de US\$ 151,953 milhões, referente a contrato bilateral de reestruturação da dívida externa daquele país, assinado no âmbito do Clube de Paris. A Mensagem do Senado Federal (MSF) 216/06 ainda será votada pelo Plenário. A mensagem é da Presidência da República e, conforme explicações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, em 20 de outubro de 2005, o governo nigeriano, em reunião com membros do Clube de Paris e países credores convidados, inclusive o Brasil, firmou ata de entendimentos fixando condições financeiras gerais dos contratos a serem celebrados com os credores.

INVESTIGAÇÕES Conselho de Ética decide no dia 8 se acolhe proposta do relator e se pede cassação de senador

Membros da CPI viajam em busca de informações sobre o dossiê

Integrantes da CPI Mista dos Sanguessugas vão buscar na Polícia Federal de Cuiabá e de São Paulo mais informações a respeito das investigações sobre o dossiê que supostamente liga o governador eleito de São Paulo, José Serra, e o candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, à máfia das ambulâncias.

Por falta de quórum, a CPI não pôde votar na última quarta-feira os requerimentos previstos na pauta da comissão. O presidente do colegiado convocou reunião para esta terça-feira, às 10h, para apreciar e votar cerca de 150 requerimentos, entre eles, os que pedem a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de várias pessoas e os que sugerem a convocação dos ex-ministros da Saúde Humberto Costa, Saraiva Felipe e José Serra.

A deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse estranhar o fato de não haver preocupação com o conteúdo do dossiê, mas apenas com a origem do dinheiro (cerca de R\$ 1,7 milhão) que seria usado por pessoas ligadas ao PT para comprá-lo.

A tentativa de compra do dossiê por pessoas ligadas ao PT, destacou Biscaia, também precisa ser investigada e não apenas o conteúdo do dossiê.

Para Gabeira, sanguessugas começaram a agir em 2001

O sub-relator da CPI dos Sanguessugas, deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), destacou que o conteúdo do dossiê que integrantes do PT teriam tentado comprar mostra que o esquema de venda de ambulâncias superfaturadas com recursos de emendas parlamentares ao Orçamento teve início a partir de 9 de março de 2001.

Para Gabeira, naquela época, o deputado Lino Rossi (PP-MT) já tinha ligações com o esquema, pois já era sócio do empresário Luiz Antônio Vedoin, dono da Planam.

O sub-relator disse que as demais informações do dossiê não são definitivas para esclarecer fatos e direcionar as investigações relacionadas à máfia das ambulâncias.

AJUDA - Heloísa Helena (PSOL-AL) solicitou à Mesa do Senado providências para ajudar a cozinheira Zildete Leite dos Reis, que esteve na Casa na terça-feira para pedir reintegração ao programa de proteção a testemunhas da Polícia Federal.

- Zildete prestou um depoimento muito grave na CPI dos Bingos. Ela afirma que se voltar para Cuiabá vai ser assassinada - ressaltou Heloísa.

Relatório do caso Suassuna será votado em novembro

O relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que recomenda ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a cassação do mandato do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) por quebra de decoro parlamentar, apresentado na quarta-feira, só será votado no dia 8 de novembro. Isso porque o presidente do colegiado, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), concedeu vista coletiva do texto aos integrantes do Conselho de Ética.

Em seu relatório, Jefferson destacou que em toda a investigação não foi encontrada uma única prova do efetivo envolvimento de Suassuna com a máfia das ambulâncias. O parlamentar pela Paraíba teve seu nome citado no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas por conduta incompatível com o decoro parlamentar. No entendimento dos membros da CPI, há indícios do envolvimento do senador com a máfia das ambulâncias. No entanto, o relator no Conselho de Ética ressaltou que Suassuna estava sendo jul-



Na reunião do conselho, Suassuna (E) acompanha a leitura do relatório

gado por haver negligenciado as obrigações e encargos inerentes ao cargo de senador.

- Especialmente no que se refere ao zelo com a coisa pública, bem como no abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional - leu Jefferson.

Segundo o relator, a reputação de Suassuna - e, por conseqüência, a do Senado - foi maculada

de forma "inaceitável devido à absoluta leniência e negligência" com que o senador pela Paraíba atuou para evitar que o prestígio do cargo de um senador, e também líder de bancada do PMDB, fosse utilizado para "beneficiar interesses escusos com recursos públicos."

Jefferson se referia aos indícios de participação de um ex-assessor de Suassuna no esquema de

fraudes. Marcelo Cardoso Carvalho foi apontado em depoimentos da família Vedoin, dona da Planam e considerada a organizadora da máfia das ambulâncias, como intermediário do senador com os empresários. Embora sempre tenha alegado inocência, Suassuna reconheceu, durante a sua defesa perante o Conselho de Ética, que havia sido traído por seu ex-assessor, que utilizava indevidamente o prestígio do chefe para beneficiar o

esquema de fraudes.

Jefferson também considerou insuficientes as providências adotadas por Suassuna quando este soube que sua ex-chefe de gabinete, Mônica Mucury Teixeira, havia falsificado sua assinatura num ofício enviado ao Ministério da Saúde. Suassuna defendeu sua funcionária, ao afirmar que ela teria agido de boa-fé, iludida por Marcelo.

Jefferson afirma que relatório ficou impessoal e sem emoção

"Um documento impessoal e sem emoção alguma." Foi como Jefferson Péres classificou o relatório de sua autoria, que pede a cassação do mandato de Ney Suassuna. Para Jefferson, o relatório teve base apenas em indícios e fatos que constam do processo.

Sobre o fato de o Conselho de Ética de marcar para 8 de novembro nova reunião para votar o relatório, ele lembrou que o segundo turno e o feriado de Finados, 2 de novembro, forçaram o colegiado a tomar essa decisão.

Jefferson observou que "era previsível" o pedido de vista do processo, por se tratar de um relatório que conclui pela perda de mandato de um senador.

O relator se defendeu das acusações dirigidas a ele por Suassuna, que salientou que a mulher de

Jefferson trabalhava no gabinete do marido. O relator disse que a esposa trabalha para ajudá-lo, mas jamais recebeu do Senado qualquer tipo de remuneração.

Apesar de contrariado com a conclusão, Suassuna disse ter ficado satisfeito porque o próprio relatório registra que não há nos autos uma única prova efetiva do seu envolvimento com "a quadrilha de sanguessugas".

- Ainda que o assunto tenha sido usado insistentemente por meus adversários na eleição para senador na Paraíba, recebi mais de 725 mil votos. E com a divulgação do relatório estou livre da grave acusação que me fizeram. Para quem passou 139 dias sob o tiro de cerrado da imprensa, isso é um alívio. Não sou sanguessuga - assinalou o senador.

Empresário fala sobre carro usado por Malta

Depoimento prestado no Conselho de Ética sobre o processo disciplinar contra o senador Magno Malta (PL-ES) confirma versão de que a família Vedoin seria proprietária de um carro usado pelo senador. O empresário Valcir José Piran, proprietário de uma empresa de *factoring*, afirmou ao relator do processo, senador Demostenes Torres (PFL-GO), que teria comprado o Fiat Ducato do deputado federal Lino Rossi (PP-MT) e revendido o carro à família Vedoin e não a Rossi, como alega o próprio deputado.

Magno Malta é um dos três senadores investigados porque tiveram os nomes citados no relatório da CPI dos Sanguessugas, ao lado de Ney Suassuna e Serys Shlessarenko (PT-MT).

Em vários depoimentos, Luiz Antônio Trevisan Vedoin, dono da Planam, empresa apontada como organizadora do esquema de fraudes, alega que deu o carro a Malta como adiantamento de pagamento para que o senador pelo Espírito Santo apresentasse emendas ao Orçamento para beneficiar a máfia das ambulâncias.

Piran explicou que, antes de repassar o carro à família Vedoin, vendeu-o a José Luiz Cardoso e depois o recomprou novamente, para só depois repassar a *van* a Luiz Antônio Vedoin. No entanto, o carro continuou por mais de um ano em nome de Cardoso, mesmo quando estava sendo utilizado por Malta.

Para Demostenes, o depoimento de Piran "bateu" com o

de Luiz Antônio e desmentiu a versão de Lino Rossi. Ainda segundo o relator do processo disciplinar, Lino Rossi só pode estar "acobertando alguém", pois tem sido muito "inconsistente" e a cada minuto muda o depoimento.

- O que pesa a favor do Malta é o fato de ele não ter apresentado as emendas. O Ney [Suassuna] e a Serys [Shlessarenko] apresentaram emendas, mas Magno não - concluiu Demostenes.

Em sua defesa, Magno Malta afirma que a *van* que usou por mais de um ano teria sido um empréstimo pessoal de Lino Rossi, que também está sendo investigado pela comissão. Segundo a família Vedoin, Rossi era o intermediário no esquema de fraudes.

Serys apresenta defesa e relator se diz convencido

Depois que Serys Shlessarenko (PT-MT) apresentou sua defesa ao Conselho de Ética, o relator do processo contra ela, Paulo Octávio, observou que nenhum dos depoentes implicou diretamente a parlamentar.

Já as relações entre o genro dela, Paulo Roberto Ribeiro, e Luiz Antônio Vedoin, proprietário da Planam, continuam obscuras, na opinião de Paulo Octávio. Vedoin declara ter pago R\$ 35 mil em dinheiro a Paulo Roberto, como propina por emendas - nunca tratadas diretamente com a senadora. O genro de Serys, que é dono de uma empresa de representações, diz ter recebido um cheque de R\$ 37 mil como pagamento de

material hospitalar fornecido à Planam. "Isso só vai se resolver com a quebra de sigilos bancários e o rastreamento desse cheque", mencionou o relator.

Conforme Paulo Octávio, a senadora agiu prontamente ao afastar de seu gabinete o assessor João Policena Rosa Neto, responsável pela elaboração de emendas. Em sua defesa, Serys garantiu não manter nenhuma relação com a Planam.

- Por mim me responsabilizo, mas não posso me responsabilizar por ninguém que esteja ou tenha estado à minha volta - afirmou. Mesmo assim, ela disse acreditar que o genro não tenha tido nenhuma relação não-comercial com Vedoin.

Demostenes quer punição, apesar das urnas

Demostenes Torres disse que o fato de um parlamentar ter sido reeleito ou perdido a eleição não deve interferir no julgamento que os Conselhos de Ética do Senado e da Câmara dos Deputados venham a fazer sobre o comportamento deles. Ele espera que tanto o Congresso, a população e a imprensa mantenham o interesse na punição de quem tiver burlado a lei.

- As urnas não absolvem ninguém - advertiu Demostenes, lembrando que crimes e infrações cometidas em um mandato podem ser julgados em mandatos seguintes.

EXPLORAÇÃO Vítimas do tráfico de seres humanos são, muitas vezes, vistas com desconfiança pela lei

EUZIVALDO QUEIROZ/FOLHA IMAGEM



Polícia de Manaus (AM) libera vítimas de aliciamento: pesquisa aponta tendência de agentes em menosprezar relevância do tráfico humano

Preconceito entre policiais ainda prejudica repressão

O preconceito ainda é um poderoso inimigo do combate ao tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual no Brasil, crime que, em escala global, movimentou US\$ 32 bilhões e vitimou mais de 700 mil pessoas somente no ano passado. A Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial (Pestraf), concluída há três anos, identificou uma “visão preconceituosa” por parte dos policiais responsáveis pelas investigações com relação às vítimas.

Muitos policiais acreditam que as mulheres foram aliciadas por serem prostitutas e, logo, carregariam uma parcela de culpa pela sua situação (sendo que a legislação não considera relevante a “conduta” da vítima para caracterização do crime de tráfico).

A verdade, porém, é que os

números desmentem a visão distorcida de muitos agentes da lei. As estatísticas da Pestraf mostram que o tráfico não faz vítimas apenas entre as chamadas “profissionais do sexo”. Havia comerciárias, cabeleireiras, digitadoras, manicures, vendedoras, profissionais liberais e corretoras de imóveis – ainda que os pesquisadores tenham ressaltado que “a vergonha de muitas mulheres em se declarar prostituta” pode ter causado alguma distorção dos dados.

Outra tendência comum dos policiais é considerar esse crime menos relevante que outras ações, como o tráfico de drogas e de armas. O desinteresse fica evidente pela pouca preocupação dos investigadores em traçar um perfil mais minucioso da vítima (na maior parte dos inquéritos e processos coletados, a profissão

das mulheres é “desconhecida”).

Muitas vezes, as investigações são prejudicadas porque o agente da lei não estava atento a detalhes como o destino da vítima, pessoas de contato no Brasil e no exterior, e como fazer contato com a vítima (endereço, telefone, e-mail).

De acordo com a pesquisa, apenas 30% dos casos chegaram ao conhecimento das autoridades depois de investigação policial ou prisão em flagrante do réu. A grande maioria só foi apurada devido a denúncias anônimas ou depoimentos de parentes, amigos ou da própria vítima, o que reforça a necessidade de campanhas de esclarecimento que ensinem a população a identificar o crime.

Mesmo assim, a pesquisa revela que há um crescimento considerável no número de casos investigados em 2003 em relação aos anos anteriores. Dos 36 casos

instaurados em quatro estados, nos quatro últimos anos, mais da metade (51%) são de 2003. Uma das razões desse súbito crescimento pode ter sido a maior atenção da imprensa para o problema.

A Pestraf foi coordenada pela professora Lúcia Leal, da Universidade de Brasília (UnB), quando atuava junto ao Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria).

Desde junho, o governo federal discute a elaboração de uma Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cujo texto-base (para consulta pública) foi redigido pelo Ministério da Justiça. No Congresso, a CPI Mista da Exploração Sexual, presidida pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), propôs em, 2005 uma série de medidas para tornar mais eficaz o combate a esse crime.

Menores são levados pelas fronteiras secas

Não há registros recentes, nos aeroportos internacionais brasileiros, de rotas de tráfico de crianças e adolescentes. Mas, de acordo com a juíza Maria Isabel de Matos Rocha, da Vara da Infância e Juventude de Mato Grosso do Sul, elas existem e se dão principalmente entre os estados brasileiros e através das fronteiras secas. É fácil explicar: os que vivem da exploração sexual sabem que, para a Polícia Federal, é praticamente impossível fiscalizar eficientemente os 7 mil quilômetros de fronteiras brasileiras com os vizinhos sul-americanos.

Os menores eram alvo fácil dos traficantes de seres humanos até meados da década de 90 por falta de rigor em processos de adoção internacional. A prática passou a ser coibida a partir da efetivação das comissões judiciais de adoção intencional, criadas pelos tribunais de Justiça nos estados, sob inspiração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A juíza Maria Isabel diz que, no caso de adoções ilegais, é difícil embarcar nessa situação uma criança pelos aeroportos internacionais, pois hoje a lei não permite viagem de menores acompanhados por estrangeiros sem serem adotados (artigo 85 do ECA). Também a emissão de passaportes obedece a regras rígidas.

Nas cidades litorâneas, turismo sexual

Fora dos salões refrigerados dos aeroportos, os casos de “vendas de crianças” são muito comuns, apesar de haver poucos registros na Justiça. A legislação nacional ainda não considera tráfico o transporte de pessoas dentro do território nacional para fins de exploração, sexual ou de outra ordem, o que dificulta o combate aos aliciadores.

Nas áreas próximas ao litoral, o turismo sexual é o grande objetivo no comércio de crianças e adolescentes. Se a internet é um catalisador desse tipo de crime (o FBI, polícia federal americana, contabiliza milhares de sites em funcionamento no mundo), o combate em nosso país tornou-se mais fácil desde que crimes como a distribuição de pornografia e a exploração sexual infantil na web passaram a ser previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, dando às autoridades ferramentas legais para enquadrar os criminosos.

A juíza sul-mato-grossense atribui o sucesso dos traficantes, em grande parte, à vulnerabilidade econômica das mães, que, não podendo criar seus filhos, são aliciadas a entregá-los, muitas vezes para realizarem trabalho forçado em fazendas.

– A Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial (Pestraf) mapeou 141 rotas de tráfico nacional e internacional que “comercializam” crianças, adolescentes e mulheres brasileiras – informou Maria Isabel Rocha durante sua participação no seminário internacional.

Tipos de tráfico e exploração

Rede de entretenimento

Shopping centers, boates, bares, restaurantes, motéis, barracas de praia, lanchonetes, danceterias, casas de show, quadras de escolas de samba, prostíbulos, casas de massagens.

Rede do mercado da moda

Mundo fashion: agências de modelos (fotográficos, vídeos, filmes) e da moda.

Rede de agências de emprego

Empregadas domésticas, baby-sitters, acompanhantes de viagens e trabalhos artísticos (dançarinas, cantoras).

Rede de agências de casamento

Dentre as formas de inserção nas redes do tráfico, o casamento é a que envolve a maior dificuldade de caracterização, devido ao envolvimento afetivo e amoroso, característico do relacionamento interpessoal.

Rede de tele-sexo

Anúncios de jornais, internet e TVs (circuito interno).

Rede da indústria do turismo

Agências de viagem, hotéis, spas/resorts, taxistas, transporte do turista; redes de agenciamento para projetos de desenvolvimento e infra estrutura, recrutamento para frentes de assentamentos agrícolas, construção de rodovias, hidrovias, mineração (garimpos) e outros.

ROOSEWELT PINHEIRO



Patrícia Saboya presidiu a CPI Mista da Exploração Sexual: proposta em debate torna tráfico de pessoas crime inafiançável

EXPLORAÇÃO Contra crime organizado sem fronteiras, polícias investem em base central para intercâmbio

Interpol aposta na troca de dados

A questão do tráfico de seres humanos ocupou boa parte da agenda dos representantes dos 186 países-membros da Polícia Internacional (Interpol), que realizou sua assembleia geral anual em meados do mês passado, no Rio de Janeiro. Na Resolução nº 6, especificamente sobre a exploração sexual e tráfico de crianças, a entidade cobrou dos seus integrantes maiores esforços de cooperações para reprimir tais crimes.

Na outra deliberação (nº 13), a Interpol apela aos países-membros para que aumentem a pressão sobre os criminosos, aprofundando as investigações de todos os casos relacionados com tráfico de seres humanos relatados, além de manter a base central de dados atualizada como outra forma de desbaratar as redes internacionais de aliciadores.

O tema não sai das prioridades da Interpol há vários anos. Em abril passado, foi realizado na Itália o 7º Encontro do Grupo da Interpol sobre o Tráfico de Mulheres para Fins de Exploração Sexual, do qual participaram representantes de 40 países, entre eles o Brasil. Policiais, promotores, juízes e legisladores, além de integrantes de organizações não-governamentais, estudaram formas de ampliar o intercâmbio de informações, apontado como arma mais eficaz para coibir a prática.

Outro aspecto importante discutido na reunião foi o aperfeiçoamento dos inquéritos policiais sobre o tráfico de seres humanos. É que as dificuldades para se processar e condenar os aliciadores não existem apenas no Brasil. Por isso, policiais e promotores debateram formas de melhorar a coleta de provas contra os acusados, para reduzir as chances de que eles escapem da punição.

Muitos países, especialmente da Europa Oriental, são não só origem, como passagem e destino das vítimas do tráfico. Por isso, ter acesso às informações corretas é essencial.

– O tráfico de seres humanos requer redes extensas de criminosos operando em muitos países. Desenvolvemos um novo método de notificação dos crimes que permite às polícias do mundo compartilhar informações sobre vítimas e aliciadores através das fronteiras – declarou Hamish McCulloch, diretor-assistente do grupo da Interpol encarregado do assunto.

O secretário-geral da Interpol, Ronald K. Noble, conclamou os



Mensagem de Nelson Mandela em Assembleia Geral da Interpol, no Rio: tráfico humano tem rede extensa

empresários e as autoridades a cerrarem fileiras contra o tráfico de seres humanos. A entidade reuniu representantes europeus dos setores hoteleiro, turístico e de aviação civil em Atenas, em janeiro, para mostrar que muito ainda pode ser feito.

– Existem poucos países que não são afetados por esse fenômeno. Acredito que é nosso dever comum combater o tráfico, mas, para isso, devemos estabelecer e

organizar relações com todos os segmentos da sociedade – discursou Ronald Noble durante o encontro.

A própria rainha Silvia da Suécia, brasileira de nascimento, chamou para si a responsabilidade de conscientizar seus súditos para o problema do tráfico, em especial voltado para a exploração sexual de crianças e adolescentes. Uma mesa-redonda em Estocolmo, também em janeiro, reuniu em-

presários do setor turístico para ouvir o apelo real, feito na forma de um poema:

*Ver, mas não enxergar
Enxergar, mas negar
Ver, mas nada fazer
É um crime contra as crianças!
Você pode fazer a diferença!
Você pode dar um basta à escravidão!
Você pode salvar uma criança!*

PF e polícias da Europa desbaratam quadrilhas

As principais rotas estão mapeadas, mas as dimensões territoriais do Brasil e as grandes áreas de fronteira seca são fatores locais que dificultam o combate a esse tipo de crime. Para obter melhores resultados em suas ações contra o tráfico de seres humanos, em especial com finalidade de exploração sexual, a Polícia Federal realiza operações em conjunto com policiais da Itália, de Portugal e da Espanha. A instituição responsabilizou criminalmente os responsáveis por atrair as mulheres para a prostituição.

Enquanto a PF prende aliciadores e coleta provas em suas residências e locais de trabalho, policiais estrangeiros prendem os donos de clubes e prostíbulos em seus países, e libertam as mulheres, que serão posteriormente deportadas.

No início de setembro, uma dessas operações desmontou uma quadrilha que atuava em Goiânia e nas cidades de Minaçu e Juçara, no interior do estado de Goiás. Oito pessoas foram presas, inclusive a chefe do bando, Magna Pires da Costa. Ao mesmo tempo, na Espanha, a polícia espanhola prendeu mais de 20 pessoas.

Aquilino Gonzáles Iglesias, o homem que comandava o esquema naquele país, conseguiu

fugir, mas foi capturado assim que desembarcou em São Paulo, onde buscava refúgio com os comparsas. Em um ano, a quadrilha de Gonzáles aliciou mais de 50 brasileiras, que foram enviadas à Espanha para trabalhar na prostituição. A Polícia Federal solicitou à Justiça brasileira a deportação das mulheres.

Outras ações conjuntas tiveram resultado semelhante. Em março, cinco pessoas foram presas na Operação Tarantela, que desarticulou, juntamente com policiais italianos, uma quadrilha que enviava travestis para se prostituírem na Itália. Eles agiam em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Em fevereiro, membros da quadrilha “Cegonha”, identificada como responsável pelo envio ilegal de crianças e adolescentes aos EUA, também foram presos. O grupo era chefiado por uma mulher e um sargento da PM do Rio de Janeiro.

Em abril de 2005, sete aliciadores foram presas na Operação Castanhola, em Anápolis (GO), entre eles uma mulher apontada como responsável por mandar para o exterior mais de cem brasileiras que seriam exploradas sexualmente em prostíbulos da Espanha e de Portugal.

Protocolo de Palermo amplia combate

O Código Penal brasileiro faz referência exclusiva ao crime de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, prevendo pena de reclusão de três a oito anos para quem “promover ou facilitar a entrada no território nacional de mulheres que nele venham a exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro” (art. 231).

Esta é a única tipificação que existe na lei atualmente. O problema é que, se as vítimas consentirem ou concordarem com a prática, esta deixaria de ser considerada crime. Uma nova arma legal, porém, passou a integrar o arsenal brasileiro de combate ao tráfico de seres humanos em março de 2004, com a ratificação, por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional – a Convenção de Palermo.

Como a Constituição brasileira assegura que o país cumprirá todas as orientações dos acordos internacionais ratificados,

a partir de agora a legislação nacional terá de ser adaptada à nova definição posta na convenção para esse tipo de crime. Com isso, a questão de ter havido ou não consentimento da vítima deixa de ser um fato relevante nos processos, facilitando a responsabilização dos aliciadores. Outra mudança é que se torna mais fácil tipificar o crime de tráfico de pessoas no país.

De todo modo, a nossa legislação deixa de fora temas importantes, como o tráfico para trabalho forçado e o tráfico de homens e travestis para exploração sexual, além de só punir o aliciador direto pelo crime (os chefões da máfia ficam de fora). Isso explica o fato de haver um projeto no Senado, aguardando votação, que substitui no artigo 231 do Código Penal a palavra “mulher” por “pessoa”. Como há a garantia, na Constituição brasileira, do cumprimento de

todos os acordos internacionais ratificados, a legislação nacional terá de se adequar à Convenção de Palermo.

O documento define o tráfico de seres humanos como “recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração”. O protocolo também define exploração: “inclui, no mínimo, a exploração da prostituição ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas análogas à escravidão, servidão ou a remoção de órgãos”.

Mudanças na lei tornam mais fácil tipificar o tráfico de seres humanos

Convenção teve adesão recorde

Em dezembro de 1999, realizou-se em Palermo, Itália, uma reunião internacional de alto nível para a assinatura do texto de um tratado elaborado pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), sob o título de “Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional”.

O documento, que ficou conhecido como Convenção de Palermo, representa um passo importante na luta contra o crime organizado transnacional, no

qual a ONU expressa a sua convicção de que este é um problema real e grave, que só pode ser combatido por intermédio da cooperação internacional.

Em apenas três dias, 124 países assinaram o documento, o que representa a adesão mais rápida já obtida por uma convenção da ONU. O Brasil foi um dos signatários originais e o texto foi ratificado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em março de 2004, após a sua aprovação pelo Senado.

DENUNCIE À POLÍCIA FEDERAL

(61) 3311-8705 (61) 3311-8270

AGRICULTURA Governo amplia em 350% o volume de recursos aplicados em crédito pelo Pronaf, em quatro anos

Cresce aposta no potencial da agricultura familiar

Cerca de 1.500 agricultores se reuniram na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em meados de maio. Traziam uma longa lista de reivindicações para o governo. Entre elas, R\$ 11 bilhões em crédito rural, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). “O governo chegou quase lá: prevê R\$ 10 bilhões para a safra 2006/2007”, disse João Luiz Guadagnin, coordenador de financiamento do Pronaf.

O valor, bem superior aos R\$ 7,5 bilhões liberados na safra passada, reflete a diretriz do governo Luiz Inácio Lula da Silva de ampliar os investimentos na agricultura familiar. Para dar uma idéia, nas últimas safras do governo Fernando Henrique Cardoso (o programa foi criado no primeiro mandato de FHC), os recursos do Pronaf se mantiveram pouco acima dos R\$ 2 bilhões. Já na primeira safra da gestão Lula, a de 2003/2004, o montante saltou para R\$ 4,5 bilhões. E continuou aumentando significativamente até atingir os R\$ 10 bilhões da safra atual.

O argumento para essa alocação significativa de dinheiro é simples. A agricultura familiar no Brasil reúne mais de 4 milhões de estabelecimentos rurais (84% do total de estabelecimentos), que ocupam 70% da mão-de-obra do campo. Além disso, é responsável por grande parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros: 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos, 54% da bovinocultura do leite, 49% do milho e 40% das aves e ovos, entre outros.

Falta de assistência técnica e informação limita avanços

Os gestores do Ministério do Desenvolvimento Agrário afirmam que hoje o problema da agricultura familiar não é falta de crédito. Muitas vezes as barreiras estão na falta de informação, na pouca oferta de assistência técnica e na inadequação dos projetos. João Luiz Guadagnin, coordenador de financiamento à produção da Secretaria de Agricultura Familiar, cita o exemplo de uma fábrica de sucos erguida numa região onde a população se dedicava ao extrativismo, a pequenas lavouras e à pesca artesanal, sem experiência no cultivo de frutas. Resultado: a fábrica faliu.

A situação precária dos pequenos produtores inclui ainda a falta de documentos que comprovem a propriedade das terras.

– Sem esses papéis como garantia, os bancos até emprestam

O financiamento do Pronaf pode viabilizar aos agricultores familiares investimentos na modernização de suas atividades, como: compra de máquinas e equipamentos que auxiliam no beneficiamento da produção, melhoria dos rebanhos, compra de adubos e sementes, aquisição de pequenas embarcações e outros instrumentos que contribuam para o aumento da produção e da renda.

Beneficiário do Pronaf, Cláudio Falkoski, 49 anos, de Dois Irmãos (RS), utilizou o financiamento de R\$ 2,5 mil na reforma de sua agroindústria e na compra de equipamentos para aumentar a produção de sucos, licores e geléias orgânicas. Ele explica que pretende financiar mais R\$ 15,5 mil pela linha do Pronaf voltada para a agroindústria, “para ampliar a produção em 70%”.

Podem acessar o programa as famílias de agricultores, os assentados da reforma agrária e do crédito fundiário, extrativistas, silvicultores, pescadores artesanais e comunidades quilombolas ou povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agropecuárias ou não-agropecuárias no meio rural (como turismo e artesanato).

As famílias são enquadradas, para fins de obtenção de crédito, em grupos que levam em conta sua renda bruta anual, o percentual dessa renda oriundo da atividade rural, o tamanho e gestão da propriedade e a quantidade de empregados. Para cada grupo, existem condições de acesso e valores diferenciados, garantindo-se, assim, uma maior adequação à capacidade de endividamento da família.

dinheiro para custeio, mas não emprestam para investimento, o que envolve financiamentos mais longos – explica Guadagnin.

O resultado disso é a concentração da oferta de crédito onde, segundo os especialistas, há maior qualificação: no Sul do país (45% do total do crédito). Isso a despeito de metade dos 4 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar ficar no Nordeste – 1,4 milhão deles com renda anual inferior a R\$ 3.000. Por isso, um dos focos do Pronaf é a capacitação do público-alvo.

Para os críticos de fora, o governo gasta errado. Marcos Jank, professor da Universidade de São Paulo, diz que o Pronaf consome bilhões de reais com políticas assistencialistas, que deveriam ser investidos em irrigação ou pesquisas para o agronegócio.



Pequenos agricultores dispõem, por meio do Pronaf, de crédito e assistência para alavancar a produção

Evolução dos recursos do Pronaf

Ano	Número de Contratos	Valor aplicado – em R\$
2000/2001	893.112	2.168.486.228,50
2001/2002	932.927	2.189.275.083,64
2002/2003	904.214	2.376.465.864,08
2003/2004	1.390.168	4.490.478.228,25
2004/2005	1.631.796	6.076.515.634,00
2005/2006	1.903.856	7.507.124.518,00
Total	7.656.073	24.808.345.557,00

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar - MDA

Conheça as regras para obter crédito

O que é o Pronaf?

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) promove a capacitação dos agricultores, negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, financiamento de infra-estrutura e serviços públicos nos municípios, e financiamento da produção e de investimentos na agricultura familiar (por meio do crédito rural, no montante anunciado de R\$ 10 bilhões para a safra 2006/2007).

Quem pode se beneficiar?

Os beneficiários do Programa devem ser agricultores familiares de todo o país, que utilizem mão-de-obra familiar e que tenham até dois empregados permanentes. Além disso, no mínimo 80% da renda bruta familiar anual deve ser proveniente da atividade exercida no estabelecimento rural. O agricultor deve residir na propriedade ou em povoado próximo. Isso inclui quem atua nos ramos da pesca, aquicultura, extrativismo, além de atividades não-agrícolas, como artesanato e turismo rural.

Quem integra o programa?

A coordenação é do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar. Além dos agricultores, participam as prefeituras, governos estaduais e federal, os conselhos de desenvolvimento rural sustentável nos âmbitos municipal, estadual e nacional, entre outras entidades.

Como ter acesso ao crédito?

A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é

o instrumento que identifica a família como beneficiária. Para obter uma DAP, deve-se procurar uma entidade autorizada a emitila. Normalmente, é uma entidade oficial de assistência técnica e extensão rural ou um sindicato, patronal ou de trabalhadores rurais. É preciso estar munido do CPF e da Carteira de Identidade, inclusive do cônjuge. A emissão da DAP é gratuita.

Qual o papel da assistência técnica?

O crédito rural serve para financiar um projeto de vida da família e deve ser discutido com todos os membros (cônjuges e jovens) e também com o profissional de assistência técnica que vai elaborar o projeto. A assistência técnica poderá ajudar a avaliar se o que foi pensando pela família é possível naquela propriedade, se o produto tem mercado, e se o preço previsto será suficiente para pagar as despesas, o financiamento do banco e, ainda, gerar renda para a família.

Onde o banco entra?

O produtor deverá levar a DAP, o projeto de crédito e os documentos pessoais (CPF e a Carteira de Identidade) ao agente financeiro. O banco cria uma conta corrente e um Cartão Pronaf válido em todo o território nacional. Os créditos do Pronaf podem ser acessados por uma pessoa, por grupos ou para um projeto de finalidade coletiva. Nas operações coletivas, todos são responsáveis pelo valor financiado e o não-pagamento da operação por um integrante significa inadimplência de todos do grupo. A negociação entre bancos e agricultores é livre no que diz respeito à exigência de garantias. Para contratar um financiamento novo, é preciso estar com as contas em dia.

AGRICULTURA Descontos anunciados pelo governo beneficiarão 500 mil pequenos agricultores da região da Adene

Renegociação alivia dívidas de produtores nordestinos

O governo deve abrir mão de R\$ 1 bilhão nos próximos dez anos ao cobrar as dívidas dos produtores rurais do Nordeste. Esse é o valor total a que poderão chegar os descontos com bônus, isenção de multas e redução de taxa de juros que serão concedidos para dívidas, caso sejam pagas em dia. Os débitos superam R\$ 4 bilhões.

Na semana que antecedeu o primeiro turno das eleições, ocorrido em 1º de outubro, o secretário especial do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, divulgou os detalhes da renegociação das dívidas, que beneficia agricultores da região da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) – cerca de 500 mil pe-

quenos produtores do Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais. Ele explicou as condições, recentemente aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), para que os produtores tenham acesso aos benefícios, conforme previsto na Lei 11.322, aprovada pelo Congresso em julho.

Segundo Bittencourt, os empréstimos de custeio da produção e investimento de até R\$ 35 mil, contratados até 15 de janeiro de 2001, poderão ser pagos em até dez anos, com taxas que variam de 3% a 8,75% ao ano. Os produtores da região do semi-árido do Nordeste terão outros descontos, que poderão chegar a até 60% dos débitos.

Os créditos entre R\$ 35 mil e



Grito da Terra, movimento coordenado pela Contag, faz manifestação na Esplanada dos Ministérios

R\$ 100 mil, contraídos até 15 de janeiro de 2001, também terão prazo de até dez anos e isenção de multas. Mini e pequenos produtores vão pagar juros de 6% ao ano. Para médios produtores, os juros serão de 8,75% ao ano. Os agricultores dessa faixa terão desconto de 20% nos juros se estiverem localizados no semi-árido e de 10% nas demais regiões.

As dívidas decorrentes de empréstimos do Programa Nacional

de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do antigo Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Propera), concedidos a produtores de baixa renda, poderão ser individualizadas. Esses contratos foram celebrados pelos bancos de forma coletiva, o que faz com que todo um grupo fique inadimplente quando um produtor deixa de pagar a dívida.

No início do ano, o Congresso

aprovou uma versão mais ampla da renegociação da dívida, mas o texto foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo editou então a Medida Provisória 285, mas a Câmara alterou o texto e acabou praticamente recuperando a versão vetada por Lula. Depois de uma longa negociação, o texto foi concluído no Senado, mas ficou pendente de regulamentação, o que só foi feito agora.

Anistia para casos de perda de safra decorrente de calamidade

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado aprovou na quarta-feira, em decisão terminativa, projeto que permite a anistia e o alongamento do prazo para quitação das dívidas oriundas de empréstimos contraídos por pequenos produtores rurais que tiveram a safra prejudicada por fenômenos climáticos, em municípios que sofreram situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecido pelo governo federal.

De acordo com o projeto (PLS 259/04), de autoria do senador Efraim Moraes (PFL-PB), a anistia inclui as dívidas de agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, bem como de suas cooperativas e associações. O perdão vale para dívidas cujo valor máximo financiado originalmente seja igual ou inferior a R\$ 35 mil, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário.

O projeto amplia o teto de renegociação das dívidas rurais de R\$ 35 mil para R\$ 75 mil – considerando que a anistia vai até o patamar de R\$ 35 mil. Será concedido abatimento de 40% para crédito de investimento e de 60% para os casos de custeio, além de dois anos adicionais para o pagamento de empréstimos e re-

dução dos juros para 3% (custeio) e 4% (investimento).

Na mesma reunião, foi aprovado projeto (PLS 265/03) do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que inclui, entre os beneficiários do crédito rural, os produtores de mudas, sementes, embriões e sêmen para inseminação artificial, além de pessoas e empresas dedicadas à pesca artesanal e ao extrativismo não-predatórios. A proposta, apoiada pelo relator, Flávio Arns (PT-PR), beneficia arrendatários de terras, parceiros, consórcios e condomínios agrícolas, quilombolas e indígenas.

Jereissati afirma que seu projeto visa a ampliar o crédito rural. Deve ajudar também a reduzir a insegurança inerente aos arrendamentos e às parcerias. Isso ocorrerá, observou, com o reconhecimento de arrendatários e parceiros que possuam contrato como beneficiários do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Com emendas do relator, Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), a CRA aprovou ainda projeto (PLS 203/06) de Pedro Simon (PMDB-RS) que obriga a adubação do solo com compostos minerais específicos, para a melhoria nutricional dos alimentos que serão produzidos.

Agricultor familiar protegido por lei

A lei que estabelece a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais recebeu sanção presidencial no dia 24 de julho. A lei define os conceitos da agricultura familiar e do agricultor familiar e prevê a descentralização – com a participação de municípios, estados, governo federal e produtores rurais – no desenvolvimento e gestão dos programas agrários. Antes de seguir para a Presidência da República, a Lei 11.326, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, foi aprovada pelo Plenário do Senado, em 4 de julho.

No ato de sanção da lei, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para um aumento do número de agricultores

familiares.

– A agricultura familiar é muito importante e não é incompatível com a agricultura empresarial. Com a lei, estamos apenas cumprindo uma demanda que a sociedade nos impõe – disse Lula.

Antes do aval do Plenário do Senado, a proposta (PLC 32/06) foi aprovada por unanimidade na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Ao justificar seu parecer favorável, a relatora da proposta, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), afirmou que o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), criado por decreto presidencial na década passada, precisava ser institucionalizado por uma

lei com princípios e diretrizes claras para o setor.

Ao manifestar apoio ao projeto, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que o governo do PT começa a dar prosseguimento a um programa iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso, do qual ela foi secretária nacional de Assistência Social.

– Esse é o caminho acertado para fazer o país crescer e aumentar empregos na agricultura – afirmou Lúcia Vânia.

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Flávio Arns (PT-PR), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Sibá Machado (PT-AC) também manifestaram total apoio à proposta.

Senadores aplaudem definição de marcos legais para o Pronaf

Memória

Grito da Terra pede crédito e assistência técnica

Na terceira semana de maio, cerca de 1.500 trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) participaram de uma manifestação na Esplanada dos Ministérios, como parte do 12º Grito da Terra. Eles vieram em 40 ônibus de 20 estados brasileiros pedir ao governo mais recursos para o plantio e para a assistência técnica aos agricultores. Entre as bandeiras reivindicatórias levantadas pela Contag, estavam a garantia de preços mínimos para os produtos

da agricultura familiar, a renegociação de dívidas rurais e a liberação de R\$ 11 bilhões para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O roteiro da manifestação incluía o Ministério da Justiça, onde os manifestantes pediram empenho da União no combate à violência no campo, além dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Segundo afirmou na ocasião o diretor de Política Agrária e Meio Ambiente da Contag, Paulo de Tarso, além de

exigir “toda a aplicação do Orçamento em 2006”, os agricultores queriam a “suplementação de recursos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário”, visando à execução do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária. Na mesma semana, a Contag reuniu 600 jovens para um debate sobre geração de emprego para a juventude, agroecologia e desenvolvimento territorial sustentável. O encontro ocorreu em tendas montadas na própria Esplanada dos Ministérios.



Projetos de Efraim, que prevê perdão de dívidas, e de Jereissati, que amplia alcance do crédito rural, são acolhidos pela CRA



CÉLIO AZEVEDO

MOREIRA MARIZ

CONGRESSO Cláusula de barreira vai mudar, além dos partidos, forma de atuação de senadores e deputados

No Senado, pequenos com menos voz

Independente da interpretação que seja dada pelo TSE para os cálculos sobre a cláusula de barreira (*veja matéria ao lado*), os senadores do PRB, do PRTB, do PCdoB e do PPS, se não mudarem de sigla ou se os partidos não forem alvo de fusão ou incorporação a outro partido (tese que também vem gerando polêmica), terão de conviver com as novas regras, criadas para desestimular a criação de partidos sem legitimidade, os chamados "partidos nanicos".

Dessa forma, não poderão formar bancada, participar de comissões ou usar a palavra no espaço reservado para comunicados de líderes ou para encaminhar votações. Ou seja, terão menos prerrogativas que os senadores que integram partidos que superaram os limites impostos pela regra.

Até hoje, no Senado, parlamentares de partidos pequenos (com menos de três senadores) tiveram apenas uma desvantagem em relação aos demais: não podem constituir uma liderança com estrutura administrativa. Ou seja, não têm uma sala e funcionários para organizar o seu funcionamento.

Porém, a partir de 2007, senadores de partidos que não atingiram a cláusula de barreira (*veja matéria ao lado*) terão outras restrições no desempenho de suas funções.

Como exemplo, hoje a senadora Heloísa Helena (AL), única representante do PSOL, tem direito a usar a voz como líder do partido, com preferência com relação aos demais senadores e ainda pode encaminhar votações. Porém, caso o PSOL volte a ter um senador a partir do ano que vem, a legenda não terá mais essas prerrogativas, já que não obteve 5% dos votos para deputado federal em 1º de outubro.

De acordo com o exemplo acima, por ter uma bancada de apenas um senador, na prática, o PSOL ficou sem representante nas comissões permanentes do Senado no ano passado. Nas CPIs do Senado, como a dos Bingos, o PSOL tampouco teve direito a vagas, seja como titular ou suplente. Porém, dispositivo do Regimento Comum do Congresso assegurava, ainda que em esquema de rodízio, uma vaga ao PSOL em comissões mistas, inclusive de inquérito.

Todavia, a partir de 2007, mesmo que o PSOL chegue a ter um número mínimo para assegurar sua participação nas comissões permanentes, não entrará sequer no cálculo de distribuição de vagas nas comissões do Senado.

O número de senadores nessa situação, de acordo com a composição eleita, pode variar de quatro a 19, conforme decisão que o TSE tomar.

As dúvidas e os acordos necessários

Prevista na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95) há mais de 10 anos, a cláusula de barreira ainda não estreou, mas já causa barulho no Legislativo e no Judiciário.

No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), três interpretações estão em debate e, conforme a decisão, pode haver alterações substanciais no número de partidos que teriam ultrapassado o limite imposto pela norma (de seis a 10 partidos). Apenas PT, PMDB, PFL, PSDB, PP e PSB tiveram votações que asseguram, por qualquer interpretação possível, a superação do limite da cláusula de barreira (5% dos votos nacionais, com mais de 2% em pelo menos nove estados).

Outro fator em análise no TSE é a possibilidade, prevista na Lei 9.096/95, de partidos que não atingiram o mínimo de votos se fundirem para, então, somar as votações para superar o limite definido na legislação.

Nesse sentido, já há conversações sobre a possível incorporação do PRB, do vice-presidente José Alencar, e do PRTB, do ex-presidente e senador Fernando Collor (AL), pelo PTB, que já incorporou o PAN. Fala-se também na fusão de PPS, PV e PHS para compor uma nova legenda que, somados os votos, teria mais de 5% dos votos para deputado federal em 1º de outubro.

Além das implicações da nova regra (de acordo com a decisão do TSE) e dos acordos firmados nos bastidores, mudanças de parlamentares de partidos, comuns após as eleições, também podem aliviar os efeitos da norma para alguns dos eleitos. Porém, em



MOREIRA-WARIZ

Alterado o prazo para senadores mudarem de partido: em vez do dia da posse, a data limite é o dia da diplomação pelo TSE

2007, de acordo com a recém-aprovada Resolução 35/06, que modificou o Regimento Interno do Senado, para efeitos de proporcionalidade na composição das comissões valerá a bancada de acordo com os partidos em que os senadores estiverem no dia da diplomação do candidato como eleito pelo TSE. Isso deve acontecer na primeira quinzena de dezembro.

Até a última eleição, em 2002, valia o tamanho da bancada no

dia da posse do senador no Congresso (1º de fevereiro), o que permitia a intensa mudança de legenda às vésperas da eleição da nova Mesa diretora e das presidências das comissões temáticas da Câmara e do Senado.

A formação de blocos parlamentares, ainda não anunciados, é outro fator que pode mudar a definição do partido que tem direito a indicar o presidente ou o maior número de membros nas comissões da Casa.

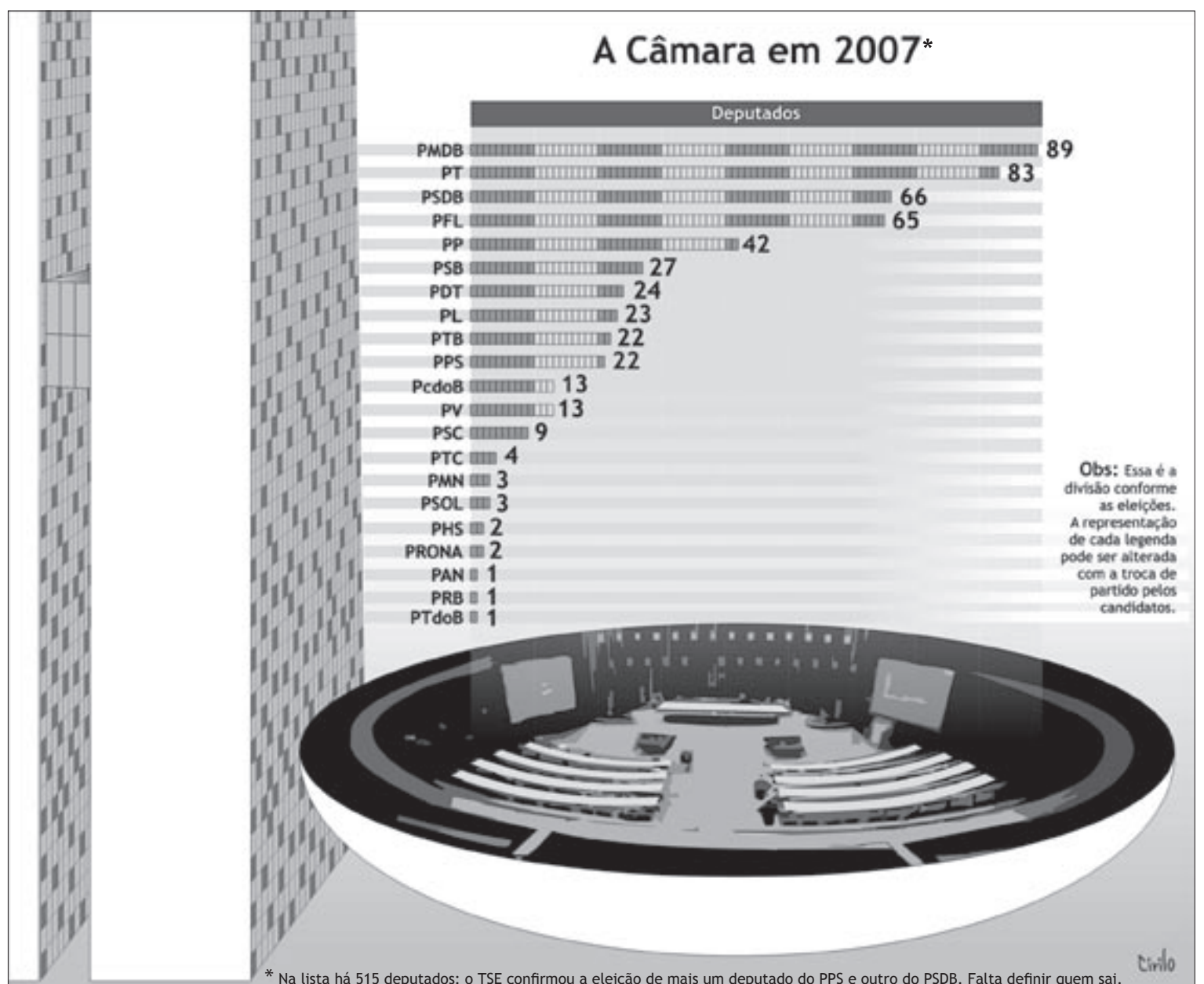
Na Câmara, decisão do TSE altera a composição

Até 14 de novembro, prazo final para que a Justiça Eleitoral se manifeste sobre os pedidos de registro de candidaturas pendentes de julgamentos, a real representação de cada partido na Câmara dos Deputados poderá ser alterada.

Na semana passada, os deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Dimas Ramalho (PPS-SP) ganharam, em decisão final, o reconhecimento pelo TSE de suas reeleições, já que inicialmente foram excluídos da lista dos eleitos. Até o fechamento desta edição, não haviam sido divulgados os nomes dos candidatos que perderiam suas vagas para eles.

Para 2007, o PT deixará de ser o maior partido - hoje com 81 deputados -, visto que elegeu 83 parlamentares, seis a menos que o PMDB, que passou de 78 para 89.

O ex-ministro Ciro Gomes (PSB-CE) obteve a maior votação proporcional, 16,19% do total dos votos válidos no Ceará. O ex-governador Paulo Maluf (PP-SP) foi o mais votado no país, se considerados números absolutos: 739,8 mil.



CONGRESSO Segundo turno das eleições para governador vai interferir no número de senadores por partido

Tamanho das bancadas pode mudar

Este ano, mais que nos anteriores, é difícil prever qual será o maior partido no Senado na próxima legislatura. Uma série de fatores interfere nesse cálculo, a começar pelo fato de sete senadores que estão no meio do mandato estarem disputando o segundo turno das eleições estaduais (veja quadro). Em caso de vitória do titular, o suplente, na maioria dos casos de partidos diferentes, assumirá o cargo para cumprir o restante do mandato (quatro anos).

Além disso, as mudanças de partidos estão liberadas pelo menos até a data da diplomação dos eleitos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o que deve acontecer até o fim deste ano. A partir daí, mesmo que os senadores mudem de legenda, as alterações no tamanho das bancadas não serão levadas em conta na hora da distribuição das vagas nas comissões (entre elas a Mesa diretora).

As mudanças de partido devem ser estimuladas ainda pela cláusula de barreira, pois diversos daqueles eleitos por siglas que não atingiram o limite legal devem migrar para outras legendas.

Por fim, o Senado costuma ceder seus membros para compor ministérios. Hoje, por exemplo, dois senadores ocupam pastas no primeiro escalão do governo: Marina Silva (PT-AP), do Meio Ambiente; e Hélio Costa (PMDB-MG), das Comunicações. Havendo mudança ou mesmo continuidade no Planalto, já são vários os "ministeriáveis" entre os senadores.

Mesmo depois de conhecido, o tamanho das bancadas dos partidos pode não ser o parâmetro usado para medir as forças políticas. Em muitos anos, a formação de blocos parlamentares foi o critério levado em conta na hora da escolha de membros – e presidentes – para as comissões.

Ainda assim, o **Jornal do Senado** tentou, de acordo com as informações disponíveis até o momento, prever o tamanho mínimo e máximo dos partidos a partir de 1º de fevereiro de 2007, com base nos possíveis resultados do segundo turno.

Oito senadores concorrem a governador ou vice nos 10 estados onde haverá segundo turno no dia 29 de outubro. Entre eles, apenas o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) está em fim de mandato. Dos outros sete, apenas o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) tem um correligionário como primeiro suplente.

Entre os demais senadores, seus suplentes imediatos são de outros partidos. Ou seja, ironicamente, em caso de vitória de seu candidato no estado, o partido pode ver sua bancada diminuir e a do partido concorrente no Senado aumentar.

Com o cruzamento dessas informações, é possível afirmar que tanto o PFL quanto o PMDB podem ter a maior bancada na Casa. O PFL pode ter até 18 senadores e o PMDB, que tem três senadores na disputa do segundo turno, 19.

Como fica o SENADO em 2007

Com o segundo turno das eleições em alguns estados onde senadores concorrem ao governo, o quadro no Senado ainda não está fechado para a próxima legislatura. Mas é possível traçar uma possível divisão das cadeiras. Há que se considerar ainda que os parlamentares, recém eleitos ou há quatro anos no Senado, podem mudar de partidos.

Bancadas já definidas	PFL - Mínimo de 17, máximo de 18 (MT) Jayme Campos (MG) Eliseu Resende (SE) Maria do Carmo (SC) Raimundo Colombo (TO) Kátia Abreu (RN) Rosalba Ciarlini (BA) Antônio Carlos Magalhães (BA) César Borges (GO) Demóstenes Torres (MA) Edison Lobão (MT) Jonas Pinheiro (PB) Efraim Morais (PE) Marco Maciel (PI) Heráclito Fortes (RN) José Agripino (SP) Romeu Tuma (DF) Adelmir Santana, em substituição ao senador Paulo Otávio que assume a vice-governadoria do DF.	PSDB - Mínimo de 13, máximo de 15 (GO) Marconi Perillo (MS) Marisa Serrano (PR) Álvaro Dias (PA) Mário Couto (PB) Cícero Lucena (AM) Arthur Virgílio (AP) Papaléo Paes (CE) Tasso Jereissati (GO) Lúcia Vânia (MG) Eduardo Azeredo (PA) Flexa Ribeiro (PE) Sérgio Guerra (AL) João Tenório, em substituição ao senador Teotônio Vilela Filho, eleito governador de Alagoas em primeiro turno.	PMDB - Mínimo de 15, máximo de 19 (AP) José Sarney (DF) Joaquim Roriz (PE) Jarbas Vasconcelos (RS) Pedro Simon (AC) Geraldo Mesquita Júnior (AL) Renan Calheiros (AP) Gilvam Borges* (MG) Wellington Salgado de Oliveira (MS) Ramez Tebet (PI) Mão Santa (RO) Valdir Raupp (RR) Romero Jucá (SE) Almeida Lima (ES) Gerson Camata*	PT - Mínimo de 10, máximo de 11 (SP) Eduardo Suplicy (AC) Tião Viana (AC) Siba Machado (MS) Delcídio Amaral (MT) Serys Slhessarenko (PR) Flávio Arns (RO) Fátima Cleide (RS) Paulo Paim (SC) Ideli Salvatti (SP) Aloizio Mercadante	PTB - Mínimo de 4, máximo de 5 (PI) João Vicente Claudino (MA) Eptácio Cafeteira (RR) Mozarildo Buarque (RS) Sérgio Zambiasi	PDT - Mínimo de 4, máximo de 5 (BA) João Durval (AM) Jefferson Peres (DF) Cristovam Augusto Botelho	PSB - três senadores (ES) Renato Casagrande (CE) Patrícia Saboya Gomes (BA) Antônio Carlos Valadares	PL - três senadores (AM) Alfredo Nascimento (ES) Magno Malta (TO) Joao Ribeiro	PRB - Mínimo de 1 Máximo de 2 (RJ) Marcelo Crivella	PCdoB - dois senadores (CE) Inácio Arruda (TO) Leomar Quintanilha	PPS - apenas um senador (RO) Expedito Filho	PRTB - apenas um senador (AL) Fernando Collor	PP - apenas um senador (RJ) Francisco Dornelles
Definição sobre as vagas só ocorrerá com o segundo turno	(MA) Roseana Sarney - senadora titular, que concorre ao governo do Maranhão	Suplente que pode assumir: (RN) João Faustino (SC) Leonel Pavan - senador titular, candidato a vice-governador de Santa Catarina.	Suplentes que podem assumir: (MA) Mauro Fecury (SC) Neuto de Conto (RJ) Régis Fichtner (RJ) Sérgio Cabral, senador titular, que concorre ao governo do estado do Rio de Janeiro (RN) Garibaldi Alves Filho - senador titular, candidato ao governo do Rio Grande do Norte (PB) José Maranhão*, senador titular, candidato ao governo da Paraíba	(PA) Ana Júlia Carepa, senadora titular, que concorre ao governo do estado do Pará	Suplente que pode assumir: (PR) Gomes Carvalho	(PR) Osmar Dias, senador titular, que concorre ao governo do Paraná.	PRB Suplente que pode assumir: (PB) Roberto Cavalcanti	PSOL - Mínimo de zero, máximo de 1 Suplente que pode assumir: (PA) José Mery					

* Estão licenciados, mas reassumirão o mandato até o início de 2007

Senadores em disputa nos estados

TITULARES	SEUS SUPLENTE
PFL - Roseana Sarney (MA)	PMDB - Mauro Fecury (MA)
PSDB - Leonel Pavan (SC)	PMDB - Neuto de Conto (SC)
PMDB - Sérgio Cabral (RJ)	PMDB - Régis Fichtner (RJ)
PMDB - Garibaldi Alves Filho (RN)	PSDB - João Faustino (RN)
PMDB - José Maranhão (PB)	PRB - Roberto Cavalcanti (PB)
PT - Ana Júlia Carepa (PA)	PSOL - José Mery (PA)
PDT - Osmar Dias (PR)	PTB - Gomes Carvalho (PR)

Mandato é do senador eleito e de dois suplentes

Quando o eleitor escolhe seu candidato ao Senado, às vezes sem saber está votando em mais duas pessoas. São os suplentes, que formam chapa com o candidato titular, o qual, efetivamente, enfrenta a campanha e cujo rosto aparece na urna eletrônica.

Hoje, dez suplentes estão em exercício, número que já chegou a 18 em 1998 (mais de um quinto da composição da Casa).

Os suplentes são convocados em casos específicos. Quando o cargo é declarado vago, por falecimento, renúncia ou perda do mandato do titular, o primeiro suplente é convocado definitivamente.

Quando o senador pede afastamento para assumir ministério, secretaria de estado ou de prefeitura de capital ou ainda para chefiar missão diplomática temporária, o suplente deve ser convocado. No caso de outros cargos, o senador é obrigado a renunciar ao mandato para assumir as novas funções. Os casos mais comuns são o afastamento defi-

nitivo para assumir a Presidência ou Vice da República, governos e vices de estados, governos de prefeituras e cargos de ministro de tribunais de Contas.

Outros cargos, demissíveis *ad nutum*, ou seja, por ato de um superior, também não podem ser combinados com o exercício do mandato de senador.

Nem toda licença, porém, garante a convocação de suplente. Isso só acontece quando a ausência do senador titular for por prazo superior a 120 dias. Só então o suplente assume. Essa licença só pode ser concedida uma vez por ano.

Entre as licenças inferiores a 120 dias estão aquela concedida para tratamento de assunto particular ou para tratamento de saúde, que pode ser renovada.

Em todas as possibilidades acima, se porventura o primeiro suplente estiver impossibilitado de assumir pelas mesmas razões (em alguns casos os suplentes renunciam à própria suplência), o segundo suplente é convocado.

Suplente de Paulo Octávio é representante do comércio

Suplente do senador Paulo Octávio (PFL-DF), Adelmir Santana, 61 anos, deve assumir em 2007 a vaga no Senado, aberta com a eleição do pefelista para vice-governador do Distrito Federal. Empresário, Adelmir Santana é presidente do Sistema Fecomércio no DF e da Câmara de Comércio de Produtos Farmacêuticos da Confederação Nacional do Comércio, além de membro do Conselho Deliberativo do Sebrae Nacional e do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Natural de Nova Iorque (MA), é formado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub). O futuro senador chegou ao Distrito Federal, aos 19 anos, como funcionário dos Correios, mas deixou o serviço público em 1971 para trabalhar em laboratórios multinacionais com filiais em Brasília. Em 1986, começou a atuar como empresário no ramo farmacêutico. É casado, tem três filhos e quatro netos. Abdala Carim Nabut (PMDB) é o segundo suplente de Paulo Octávio.



Formado em Administração de Empresas, Adelmir Santana é presidente da Fecomércio-DF



Engenheiro químico, João Tenório preside cooperativa de produtores de açúcar e álcool

Substituto de Teotônio já ocupou o cargo duas vezes

João Evangelista da Costa Tenório, 63 anos, é o primeiro suplente do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), eleito para o governo do estado de Alagoas no primeiro turno. Casado e pai de três filhos, João Tenório já exerceu por duas vezes o mandato de senador por Alagoas, pelo PSDB, em substituição a Teotônio, entre novembro de 2003 e maio de 2004 e entre abril e agosto deste ano. Natural de Atalaia, município da Zona da Mata de Alagoas, João Tenório, que é usineiro, preside a Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Álcool de Alagoas desde 1978. Formado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), João Tenório possui vários cursos de especialização, entre eles o de tecnologia do açúcar e produção industrial. Na sua passagem pelo Senado, ele registrou em discurso o reconhecimento internacional da indústria alcooleira nacional, que expandiu a produção para atender a demanda. A segunda suplente é Valquíria Brandão (PTB).

PLENÁRIO

Senadores analisam resultado das eleições

O presidente do Senado, Renan Calheiros, declarou que o resultado das eleições foi um recado do cidadão aos políticos.

- A população é sábia. Um dos recados mais óbvios deixado pelo eleitor é que denúncia não substitui debate. Essa enxurrada de acusações inibiu a exposição das propostas e não foi bom para democracia - afirmou.

Já o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) conclamou os brasileiros a participar mais das decisões nacionais, para transformar o país. Ele frisou que, para mudar o Brasil, é preciso participar não somente do esforço de gerar riqueza, o que a população já faz, mas também da apropriação do resultado dos lucros, o que "não aconteceu até hoje".

Ao se referir ao programa de complementação de renda do governo federal, Mesquita Júnior disse que a população não pode se contentar com o que chamou de uma "bolsa-família mixuruca" que garante, em sua opinião, apenas nível mínimo de sobrevivência com humilhação.

Marco Maciel (PFL-PE) fez observações sobre o que chamou de "day after das eleições". O senador assinalou o amadurecimento do eleitor brasileiro, constatado pela queda nos índices de abstenção e de voto nulo e afirmou ainda que o comportamento eleitoral no primeiro turno das eleições também o faz pensar no dia seguinte ao segundo turno. Para Maciel, a primeira idéia deve ser obrigatoriamente discutir e votar a reforma política.

Embora tenha torcido pela vitória do presidente Lula no primeiro turno, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse acreditar que o segundo turno na eleição para presidente da República será importante para permitir o debate sobre a desigualdade sócio-econômica do país. Para ele, o combate à miséria é o principal tema a ser debatido pelos candidatos à Presidência da República no segundo turno.

Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou aos candidatos que disputarão as eleições em segundo turno que discutam propostas e programas para "a melhor construção do Brasil". Ele informou que a bancada do PT decidiu solicitar ao presidente do partido, Ricardo Berzoini, cooperação "para a rápida elucidação" do episódio da



Para Mesquita Júnior, o povo brasileiro deve participar mais das decisões do país

compra de dossiê contra candidatos do PSDB. O senador também agradeceu aos eleitores de São Paulo pelos 8,9 milhões de votos que obteve.

Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu união nacional, depois do segundo turno das eleições, em torno de um projeto nacional de desenvolvimento, "comandado pelo presidente que for eleito". O senador saudou a existência do segundo turno, para que o brasileiro "possa perceber as imoralidades" divulgadas.

Heráclito: PT subestimou o senso crítico do povo

Heráclito Fortes (PFL-PI) disse, na última segunda-feira, que o candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, percorreu o país enfrentando "a arrogância e a prepotência do PT, mas acreditando na determinação do povo". Na avaliação do senador, o presidente Lula não foi reeleito no primeiro turno por causa "dos vários erros do PT" nos últimos anos.

- Na verdade, o PT subestimou o senso crítico do povo brasileiro que, atento e silencioso, percebeu as mudanças do partido assim que ele chegou

ao poder.

Para o senador Almeida Lima (PMDB-SE), as pesquisas eleitorais induzem os eleitores a votar no candidato melhor colocado. Ele referiu-se às eleições para a Presidência da República e, especificamente, ao instituto Ibope e ao Jornal Nacional da Rede Globo, que teriam levado o eleitor a acreditar que o presidente Lula, candidato à reeleição, seria eleito no primeiro turno.

César Borges (PFL-BA) destacou a divisão geográfica revelada no resultado do primeiro turno da eleição presidencial.

PT e governo tentam se livrar da culpa pelo dossiê, diz Antero

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) acusou em Plenário, na última quarta-feira, o governo federal e o PT de montarem operação para se eximirem da culpa pela tentativa de compra de dossiê contra políticos tucanos.

Citando o blog do jornalista Reinaldo Azevedo, o senador criticou a defesa que o presidente da República entregou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no processo que investiga se sua campanha eleitoral está envolvida com a compra do dossiê.

Um dos argumentos apresentados na defesa é que o dossiê em questão seria utilizado contra José Serra (PSDB), candidato recém-eleito ao governo do estado

de São Paulo, e, por isso, não interessaria ao presidente Lula, que pleiteia a reeleição.

O senador José Jorge (PFL-PE) - candidato a vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin - disse que se o presidente Lula tivesse interesse em descobrir a verdade sobre o assunto, bastaria ter perguntado a auxiliares seus.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se reeleito, poderá ser impedido de tomar posse caso fique comprovado o envolvimento de seus assessores diretos no episódio do dossiê contra político tucanos.

Serys e Ideli comparam candidatos à Presidência

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) declarou em Plenário, ao citar artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, que o candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, impediu o funcionamento de 60 comissões parlamentares de inquérito (CPIs) na Assembléia Legislativa paulista e deixou uma política de segurança ineficaz. "Já no governo Lula, o procurador-geral da República não engaveta processos, a Polícia Federal age e as CPIs funcionam", disse a senadora, ao prosseguir a leitura do artigo.

A líder do PT no Senado, Ideli

Salvatti (SC), afirmou que as divergências entre os dois candidatos à Presidência "são profundas, de concepção, de visão do papel do Estado, de perspectivas em termos de crescimento e de distribuição de renda".

Remetendo-se a reportagem publicada no jornal *Correio Brasileiro*, Ideli procurou mostrar como o programa do PT mantém o foco nas políticas sociais e no fortalecimento do Estado, enquanto o PSDB defende um Estado mínimo e o arrocho de gastos para ampliar os investimentos em infra-estrutura.

Filiado do PSOL não poderá apoiar candidato a presidente

Nenhum filiado do PSOL, quer detenha cargo eletivo ou não, poderá dar declaração pública de apoio a qualquer dos dois candidatos à Presidência da República no segundo turno das eleições. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) informou que a decisão foi tomada por consenso em reunião da executiva do partido, realizada na terça-feira passada. O partido não recomendará nenhum tipo de voto para os seus eleitores.

- Essa posição do PSOL já existia. Vim reforçá-la em função



Heloísa Helena

de algumas notinhas que saíram na imprensa - disse.

Mão Santa (PMDB-PI) elogiou a campanha à Presidência da República dos senadores Heloísa Helena (PSOL-AL) e Cristovam Buarque (PDT-DF) que, afirmou, contribuíram

para evitar que Lula vencesse as eleições no primeiro turno.

Para Jefferson Péres (PDT-AM), se o presidente Lula tivesse sido eleito no primeiro turno, isto significaria que a população havia sancionando "os erros e desvios" do atual governo federal.

BAHIA - Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que, embora o presidente Lula o tenha vencido na Bahia, com a eleição de Jaques Wagner (PT) para governador e de João Durval (PDT) para senador, além de ter feito mais deputados federais, o "carlismo vai voltar".

- Lula não foi eleito no primeiro turno e tudo indica que não o será no segundo - previu, ao dizer que haverá a "volta triunfal do carlismo". O senador crê que a vitória dos candidatos apoiados pelo presidente ocorreu porque "se jogou muito dinheiro do governo no estado".

DEVER CUMPRIDO - Ao comentar o resultado das eleições na Bahia, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou que o partido deixa o controle do estado com a certeza de que "mudou a face" daquela unidade da Federação para muito melhor em todos os sentidos.

- Faz parte do jogo democrático que o PT ganhe as eleições, mas perdemos com a certeza do dever cumprido. Pode não ter dado para vencer essa eleição, mas deu para vencer todas as expectativas que tínhamos.

DISTORÇÕES - Ao fazer uma breve análise sobre o processo eleitoral, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) agradeceu aos paranaenses pelos votos que permitiram sua reeleição. Mas o fato de ter sido vitorioso não impediu o senador de lançar um olhar crítico sobre o processo eleitoral. Ele acredita que houve uso da máquina pública no pleito e denunciou que muitos servidores públicos contratados para cargos comissionados foram deslocados de suas funções para trabalhar nas campanhas.

COBRANÇA - O senador João Batista Motta (PSDB-ES) pediu a ida do candidato à reeleição para a Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, ao debate da TV Bandeirantes no domingo. Pediu também que o presidente levasse respostas à população sobre falhas cometidas pelo governo em áreas como o agronegócio, a saúde e a malha rodoviária do país. Motta afirmou que o presidente devia também dar explicações sobre R\$ 1,7 milhão apreendidos e que serviriam para a compra de dossiê contra políticos tucanos.

AGRADECIMENTO - Tião Viana (PT-AC) agradeceu aos eleitores acreanos pela "votação maravilhosa" que lhe deram, reelegendo-o para o Senado, com 88% dos votos. Ele creditou sua eleição ao projeto político que o PT do Acre mantém, tendo o estado crescido 20% ao ano e sido ali implantadas políticas para redução da desigualdade.

HUMILDADE - Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que vai disputar o segundo turno das eleições para governador de Goiás "com humildade e cabeça erguida" e lutar para que o presidente Lula aumente sua votação no estado. Maguito, apoiado pelo PT, enfrentará o atual governador, Alcides Rodrigues (PP), que tem apoio do PSDB.

VOTAÇÃO - Fátima Cleide (PT-RO) agradeceu os votos que obteve como candidata ao governo de Rondônia - mais de 185 mil, ou 25,9% dos válidos. A eleição foi vencida em primeiro turno pelo atual governador, Ivo Cassol (PPS). Ela sugeriu à população que fiscalize a gestão de Cassol e cobre geração de emprego, "atendimento digno na saúde e o fim da violência".

GASODUTO - Ao agradecer os votos que o seu partido recebeu em Rondônia na eleição de 1º de outubro, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que não apenas ele, no Senado, mas também os dois deputados federais eleitos pelo partido cobrarão do próximo presidente investimentos para a região Norte, entre eles a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho.

VICE-GOVERNADOR - Ao comemorar sua eleição como vice-governador do Distrito Federal, na chapa de José Roberto Arruda (PFL-DF), Paulo Octávio (PFL-DF) agradeceu ao eleitor brasileiro pelos mais de 663 mil votos que permitiram a vitória já no primeiro turno. O senador comemorou também o segundo turno da eleição para presidente da República.

Voz do Leitor

MANDATO DE DOIS ANOS

“Sugiro a apresentação de projeto de lei para que as eleições de parlamentares ocorram de dois em dois anos. Estou indignado com toda a corrupção no Congresso Nacional.”

Ronaldo Rodrigues de Sousa, de São Paulo (SP)

IDOSOS

“O passe livre para os idosos é uma grande conquista dos brasileiros garantida pelo Estatuto do Idoso. Solicito que o governo federal busque consenso com as empresas que realizam o transporte interestadual de passageiros, oferecendo-lhes o abatimento de tributos ou a regulamentação de que o valor das passagens gratuitas possa ser compensado com um benefício a ser deduzido direto nos custos operacionais de cada empresa, garantindo, assim, o direito à gratuidade.”

Dercy de Sousa Alves, de Bom Sucesso (MG)

LUZ PARA TODOS

“Parabenizo o governo federal pelo programa Luz para Todos. Esse programa ampliou o acesso à energia elétrica na zona rural da região da Serra na Paraíba e em outras regiões e estados.”

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

CARGOS COMISSIONADOS

“Os cargos comissionados estão fazendo parte de sucessivos escândalos na política nacional. O povo brasileiro já não suporta mais tanta aberração. Já é hora de o Congresso Nacional repensar o cargo comissionado, propondo uma emenda constitucional para banir de vez esse cabide de emprego dos políticos, seja na esfera estadual ou municipal. Podem ser atribuídas a ele as causas de tanta corrupção. O cargo deveria ser dado pela

competência, pelo mérito, e não pela confiança pessoal. Para isso existe o concurso público, moralizador do serviço.”

Cláudio de Andrade Silva, de Camutanga (PE)

CORRUPÇÃO

“Na história da República do Brasil, vários motivos levaram alguns presidentes a serem lembrados não só pelos seus efeitos, mas sim pelo que lhes ocorreram: suicídio, deposição, renúncia, falecimento e cassação. Em nenhum dos casos houve um número tão grande de corruptos no partido, amigos e auxiliares diretos do presidente. Eu e muitos outros brasileiros estamos à espera de que algo realmente seja feito, e logo”

José Ribamar de Lima, de Palmas (TO)

PLUTOCRACIA

“Os senadores defensores da plutocracia devem tomar cuidado, pois as atitudes dos mesmos podem causar uma revolução jamais vista no país. Os parlamentares que atuam em defesa da riqueza não serão aceitos pela sociedade.”

Clodoaldo Alves de Sousa, de Trindade (GO)

APOSENTADOS

“Sugiro a apresentação de um projeto de lei que obrigue o governo e os fundos de pensão a destinarem uma cesta básica aos aposentados e pensionistas que recebem complementação de até cinco salários mínimos – mil, setecentos e cinquenta reais – dos fundos. Afinal, todos os que recebem contribuíram para a empresa onde trabalharam e, após sua aposentadoria, continuam a contribuir para o fundo de pensão.”

Marino Bernardo Monteiro, de Londrina (PR)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

Depois de uma campanha exaustiva para a Presidência da República, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) voltou aos discursos aguerridos no Plenário, apresentando um balanço de seu trabalho na Casa e na campanha, em que conquistou mais de 6,5 milhões de votos, sendo a terceira colocada na corrida ao Planalto. Elogiada por senadores de vários partidos, como João Batista Motta (PSDB-ES), Heloísa iniciou sua despedida, já que seu mandato se encerra em fevereiro próximo.



JANE ARAUJO

Pergunte ao Senador

PROMESSAS

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

Como e o que podemos realmente cobrar dos parlamentares e políticos que forem eleitos? O senhor não acha que essa idéia de cobrança, presente nas campanhas eleitorais, é um pouco abstrata e cheia de fantasia?

Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:



Realmente essa é uma boa pergunta, meu caro Daniel, a questão da cobrança e das promessas de campanha que muitas vezes acabam descumpridas. Em certa medida, deve-se valorizar, mais do que as promessas de campanha, o resultado concreto da ação desenvolvida pelo candidato no exercício do mandato. Uma coisa é o que se propõe, outra o que se consegue realizar. Isso é o que deve valer para o eleitor. Mas, infelizmente, ainda não está acontecendo dessa forma. Há um cenário contraditório. Parte do eleitorado é exigente, acompanha os fatos, e cobra efetivamente resultado na ação desenvolvida e oferece resposta a essa ação. Mas uma outra parte do eleitorado, de uma certa forma, ainda vive a alienação completa e é indiferente em relação à questão ética. Portanto, nós que fomos reconduzidos a um novo mandato devemos valorizar demais o voto recebido. Devemos corresponder às expectativas com uma ação parlamentar afirmativa, com postura ética e, sobretudo, trabalhando para que reformas ocorram, porque ainda estamos amarrados a estruturas superadas que impedem o desenvolvimento do país.

CARGA TRIBUTÁRIA

Oberdan Francisco Meijon da Silva, de Congonhas (MG)

Qual é a opinião dos senadores em relação à carga tributária do país? Acredito que ela está absurdamente alta.

Senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) responde:



Além de alta, a carga tributária está mal distribuída, prezado Oberdan. Se essa carga, mesmo alta, estivesse comprometida em elevar a condição social das nossas periferias, onde estão os segmentos que mais sofrem, e que também pagam toda essa contribuição que está embutida no feijão, no arroz ou no açúcar, poderia até fazer sentido. Mas não é o que acontece. Foram criados alguns tipos de compensação, como o Bolsa Família, mas esses programas não são suficientes. É necessário investir no emprego formal e na qualificação dos trabalhadores, entre outras iniciativas, para que possamos obter um resultado social melhor. No Congresso temos essa preocupação. O problema é que o Executivo joga duro, porque tem muita voracidade na arrecadação. O governo trabalha com uma balança que deve estar minimamente equilibrada. O que queremos, via Congresso, é garantir, junto com o equilíbrio econômico, o equilíbrio social. Procuramos fazer nossa parte, mas falta sensibilidade do governo para fazer a sua.

Frases

“Quando a tendência do voto do povo brasileiro não está de acordo com o que determinados segmentos ou partidos ou candidaturas desejam, então é o povo que não sabe votar, o povo que está sendo ludibriado, vendido, aliciado”

Ideli Salvatti, rebatendo as críticas de que os pobres “estariam sendo comprados pelo governo por programas como o Bolsa Família”.

“A República brasileira está se fortalecendo. A democracia brasileira passou por seu teste de fogo, o país está de parabéns”

Jefferson Péres, ao afirmar que o primeiro turno foi uma lição para o presidente Lula, que, para ele, deveria “descer do sapato alto” e pedir desculpas pelos erros de seu governo.

“Eu sou a presidenta do PSOL e nós já definimos isso. Não adianta nos procurar”

Heloísa Helena, candidata do PSOL à Presidência, ao anunciar que o seu partido não apoiará ninguém no segundo turno.

“Eu espero que sua falta aqui não leve a cair a audiência da TV Senado”

Cristovam Buarque, ao homenagear a candidata do PSOL, Heloísa Helena, cujo mandato se encerrará em janeiro de 2007.

“O Senado salvou a democracia; não fossem Heloísa Helena e Cristovam Buarque, estava acabada a esperança de democracia”

Mão Santa, que acusou o PT de aliar-se “aos mais perversos poderes econômicos” para reeleger o presidente Lula.

“Medidas provisórias minimizam o papel do Congresso”

Renan Calheiros, ao reafirmar sua posição contrária ao grande número de medidas provisórias, lembrando que 15 delas esperam deliberação do Senado.

“Vocês verão o desastre que será o governo baiano e a volta triunfal do carlismo na Bahia. O carlismo é uma legenda que não se apaga”

Antonio Carlos Magalhães, sobre as derrotas do PFL baiano nas eleições para presidente e governador e para o Legislativo.

A história do Senado em três episódios

O *Senado Documento – 180 Anos do Senado* faz uma viagem pela história do Brasil a partir da criação do Senado Federal. O programa traça um panorama histórico e político sobre uma das Casas do legislativo de maior representatividade.

Neste final de semana (13 a 15 de outubro), a TV Senado exhibe a primeira de três partes, que mostra a criação do Senado no Brasil e os senadores vitalícios no Império; o período da Regência e a maioria de Pedro II; as guerras internas e a Guerra do Paraguai; e a abolição da escravidão e a proclamação da

República. A série *180 Anos do Senado* tem direção e roteiro de César Mendes.

O programa será exibido na sexta (13), às 22h45, com reprises no sábado, às 16h e às 21h30, e domingo, às 22h30.

Rádio debate cláusula de barreira

A chamada cláusula de barreira, criada pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (9.096/95), será o tema do programa *Conexão Senado*, que a Rádio Senado leva ao ar nesta segunda-feira (9), às 12h. O dispositivo será aplicado pela primeira vez às



Demolido em 1976, o Palácio Monroe, na região central do Rio, foi a segunda sede do Senado: TV visita 180 anos de história

bancadas eleitas para a próxima legislatura (2007-2011), a partir da interpretação dada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) à nova regra. Terá limitada a atividade parlamentar o partido que não tiver somado 5% dos votos em nível nacional e 2% dos votos em pelo menos 9 estados (um terço do país).

Já no programa *Música do*

Brasil (sábado, dia 14, às 16h, com reprises domingo, às 11h, e quarta, às 23h), Luiz Eça e Tamba Trio apresentam suas versões para clássicos da MPB, entre eles *Samba de uma Nota Só*, *Alegria de Viver*, *Minha Saudade*, *Tristeza de Nós Dois*, *Ai Se Eu Pudesse*, *Eu Sei Que Vou Te Amar* e *Rua Deserta*, muitas delas interpretadas por Nana Caymmi.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3

- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2

- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA



Reprodução de pintura de Andrea Appiani, capa do livro *Fastes de Napoleon*: obra integra acervo da Biblioteca do Senado

“Pintor da graça” retrata Napoleão I

Andrea Appiani, pintor italiano, era chamado por seus contemporâneos de “O pintor da graça”. Abandonou professores para estudar sozinho, inspirando-se nas grandes obras da Antiguidade e do Renascimento. Tinha a pretensão de regenerar a arte italiana, então em decadência, inspirando-se sobretudo em Rafael e em Corregio.

Napoleão I o admirava e o nomeou membro do Corpo Legislativo da República Cisalpina, comissário de belas artes e primeiro pintor da corte. Sua obra mais importante, além de vários retratos, é a decoração do Palácio Real de Milão, com

21 murais que representam a apoteose de Napoleão I e os principais episódios de sua vida militar.

A obra *Fastes de Napoleon*, impressa em 1810, foi organizada por Pietro Barboglio e oferecida ao rei Napoleão III. Ela reúne reproduções das pinturas de Andrea Appiani e de gravuras de quatro artistas da mesma época: Longui, Bisi, Benaglia e Rosaspina.

O livro que faz parte do acervo da Biblioteca do Senado foi oferecido ao então presidente da República Marechal Hermes da Fonseca pelo então presidente do Senado Pinheiro Machado em 1911.

Fastes de Napoleon; peints par Andrea Appiani; graves par J. Longhi, M. Bisi, Benaglia J. & F. Rosaspina; dedies a sa Majeste Napoleon III par Pietro Barboglio. Paris.

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, foram produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no site www.senado.gov.br/sf/biblioteca, pelo e-mail sbib@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-3943.

Aconteceu no Senado

Legislativo na nova capital: polêmica e obras

A mudança da capital federal para Brasília ocorreu no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Em 1º de outubro de 1957, foi estabelecido em lei que a instalação da nova capital em Brasília, cuja construção já havia se iniciado, ocorreria em 21 de abril de 1960.

A mudança para a nova capital não ocorreu sem polêmica. Diversos senadores criticavam as condições de habitabilidade e de funcionamento dos Poderes da República em Brasília. Aqueles a favor da transferência formaram um “Bloco Mudancista”.

Em 14 de abril de 1960, o Senado

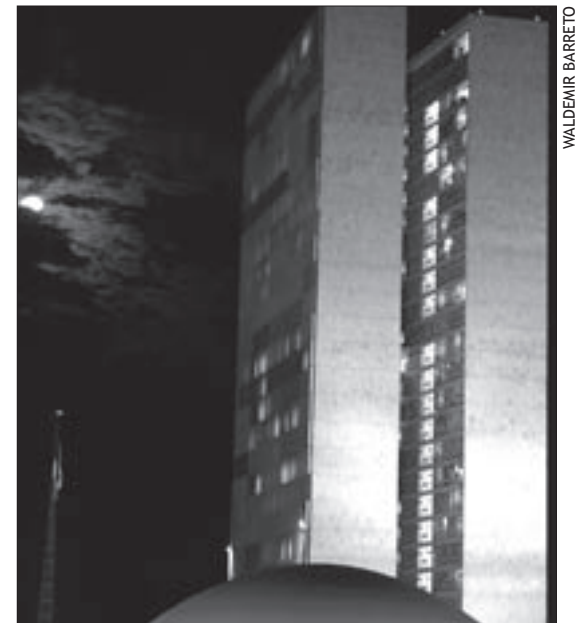
realizou a sua última sessão na cidade do Rio de Janeiro e, em 21 de abril do mesmo ano, o ato de inauguração do Congresso foi presidido pelo vice-presidente da República, João Goulart. No evento, além do senador Filinto Müller, falou o deputado Ranieri Mazzili.

– Mais ainda do que um milagre da vontade humana, Brasília é um milagre de fé, uma vitória sobre o impossível, um triunfo sobre a tendência brasileira para o adiamento e o amanhã.

No dia seguinte, o Senado realizou sua primeira sessão na nova capital, sob a presidência de Filinto Müller. Naquela ocasião, apenas o prédio onde se

localiza o Plenário estava parcialmente concluído, com obras de acabamento em execução. O edifício Anexo I, de 28 andares, onde se localizariam os serviços administrativos, ainda estava em conclusão e foi necessário encontrar abrigo provisório, em condições precárias, no bloco do Plenário. Somente em setembro, em meio a obras, o anexo pôde ser utilizado.

O arquiteto que projetou a maior parte dos monumentos de Brasília, Oscar Niemeyer, considera o edifício do Congresso – tombado pela Unesco em 1987 como Patrimônio da Humanidade – sua realização predileta.



Oscar Niemeyer considera o conjunto de prédios do Congresso sua realização predileta

SENADO

Curso de Administração Legislativa a distância

O Senado Federal, a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e as escolas do Legislativo de todas as unidades da Federação anunciaram na terça-feira a abertura de inscrições em todo o país para o curso de graduação a distância em Administração Legislativa. A proposta é inédita no Brasil. O curso terá duração de 1.620 horas, distribuídas em quatro semestres letivos, confe-

rindo aos concluintes diploma de graduação, com titulação de tecnólogo.

A proposta pedagógica foi desenvolvida nos últimos dois anos em conjunto pelas equipes do Senado que coordenam o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade do Legislativo (Unilegis), e da UnisulVirtual, unidade de educação a distância da Unisul.

O curso vai dispor de uma

metodologia flexível, utilizando a internet, com suporte de materiais impressos. Os alunos podem escolher locais e horários de estudo e interagir com os colegas e professores, quando poderão tirar dúvidas e receber correções de atividades de aprendizagem. Ao final de cada conjunto de disciplinas, os alunos participarão de uma etapa presencial de avaliação com aplicação de prova escrita.

Pesquisa revela opção pelo voto facultativo

Pesquisa feita pelo Alô Senado – central de relacionamento com o cidadão – mostrou que 86% dos internautas participantes defendem a adoção do voto facultativo no Brasil. Realizada entre 25 de setembro e 1º de outubro, a enquete concluiu que

apenas 12% das pessoas são a favor do voto obrigatório e 2% não sabem.

No primeiro turno, o serviço atuou juntamente com os veículos de comunicação da Casa, acompanhando o processo eleitoral.

O Alô Senado fornecerá informações sobre o segundo turno das eleições no site da central de atendimento da Casa. Para entrar em contato basta ligar para 0800 612211, de segunda a sexta, das 8h às 20h, ou pelo endereço eletrônico www.senado.gov.br.

Cerca de 240 crianças e adolescentes estiveram na quarta-feira no Auditório Petrônio Portela para discutir sugestões sobre moradia e meio ambiente nas áreas rurais e urbanas do Brasil. O I Simpósio Social Infantil Habitat-Criança foi coordenado pela Organização pela Preservação Ambiental e pela Conferência Criança Brasil no Milênio e contou com a participação de Mariana Rondon, representante do Programa de Assentamentos Humanos e Habitat da Organização das Nações Unidas.

As indicações dos participantes, que vieram de escolas de Pernambuco, Goiás, Mato Grosso,

Amapá, DF e Tocantins, serão reunidas em documento que servirá de base para a construção de uma Agenda 21 Infantil para a Habitação.



JOSÉ CRUZ

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

WALDEMAR BARRETO

Quer fazer seguro de veículo? Fique atento às regras

A contratação de seguro é uma forma do proprietário de automóvel se preparar para despesas com o conserto do veículo em caso de acidente, com o pagamento de indenizações a pessoas envolvidas ou mesmo com a cobertura de prejuízos em caso de roubo. No entanto, fazer seguro requer muita atenção, pois os termos e as condições dos contratos costumam ser complexos, dificultando o entendimento do consumidor. Veja nesta edição dicas para fazer um bom contrato de seguro para seu carro.

Valor determinado ou valor de mercado?

Existem dois tipos de contratos de seguros de automóveis. O mais usado é o chamado seguro com base no valor de mercado, em que, no caso de acidente com perda total do automóvel, a seguradora paga ao segurado o valor de mercado do veículo, independentemente do valor contratado. Para estabelecer o valor a ser pago, são levados em conta as características do carro na hora da contratação e o valor de mercado dos veículos semelhantes.

A segunda modalidade é o seguro de valor determinado, em que o montante a ser pago pela seguradora em caso de perda total do veículo é aquele que foi contratado e está escrito na apólice.

Nos dois casos, há variação da fonte de cotação dos veículos entre as várias companhias seguradoras. A Federação Nacional das Empresas de Seguros (Fenaseg) mantém um convênio com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), para a divulgação mensal de uma tabela com os valores médios dos veículos (www.fipe.org.br/indices/vei-

[culos](http://www.fipe.org.br/indices/veiculos)). Essa tabela oferece uma referência para o consumidor na hora da cotação do veículo, se tiver que receber a indenização.

Há ainda dois conceitos básicos em seguro de automóveis:

Franquia: é o valor do prejuízo que cabe ao segurado pagar, em caso de acidente. Ela só deve ser cobrada quando o veículo segurado e o veículo de terceiros tiverem que ser consertados. O segurado fica isento do pagamento quando ocorre a perda total, seja por acidente, roubo ou furto.

O valor da franquia é definido pela seguradora com base no valor do veículo. Caso você decida reduzir o valor da franquia, o preço do seguro aumentará.

Prêmio: é o preço do seguro. O cálculo é feito com base no perfil do segurado, no prazo do seguro, no valor segurado e na exposição do veículo a risco.

Na apólice devem constar a marca do veículo, seu ano de fabricação, o valor segurado, o valor do prêmio, a data de início e o prazo de vigência do seguro, além do valor da franquia.



Pátio de veículos novos em Curitiba (PR): na hora de contratar seguro, atenção deve ser redobrada

Escolha a cobertura adequada à sua necessidade

Atenção para os tipos de cobertura oferecidos:

- ▶ Contra colisão – além de batida e capotagem, inclui cobertura contra inundação e chuva de granizo;
- ▶ Contra incêndio, furto e roubo: furto é a subtração de algo móvel e roubo é o furto com emprego de violência;
- ▶ Contra colisão, incêndio e furto/roubo;
- ▶ Responsabilidade civil – cobre danos pessoais ou materiais causados a terceiros

pelo veículo segurado;

- ▶ Acidentes pessoais de passageiros – cobre situações de invalidez ou morte dos ocupantes do veículo.

Vantagens adicionais

O consumidor deve considerar na hora de escolher uma companhia seguradora a oferta de vantagens adicionais, como:

- ▶ assistência 24 horas: dá apoio ao veículo e aos seus ocupantes, em caso de acidente ou defeito;

- ▶ alarme e sistemas de proteção;
 - ▶ pequenos reparos: vidros quebrados, balanceamentos e alinhamentos, troca de pastilhas de freios, troca de lâmpadas, entre outros;
 - ▶ veículo reserva por um período determinado;
- Algumas seguradoras oferecem esses serviços em todas as modalidades, não sendo possível excluí-los para obter abatimento. Outras dispõem apenas alguns dos serviços.

Perfil do segurado condiciona o valor a ser pago pelo seguro

Quanto menor o risco que o segurado represente para o segurador, menor o preço a ser pago pelo seguro. A análise de risco é feita por questionário preenchido pelo consumidor, antes de assinar o contrato. Entre as perguntas encontramos, por exemplo, o local onde o veículo é guardado (na garagem ou na rua) e com que frequência o segurado viaja. A orientação básica é negociar. Assim, o segurado pode reduzir o preço final do contrato ou do valor da franquia, aumentando a possibilidade de utilização do seguro em pequenas colisões.

Atualmente, a grande maioria das companhias seguradoras calcula o preço do seguro com base no perfil e nos hábitos do consumidor. Segundo as empresas, esse sistema tem a finalidade de se chegar a um valor “mais justo” para cada consumidor. A base de cálculo utilizada antes considerava apenas as características do veículo (como marca, modelo e ano), fazendo o preço do seguro ser igual para todos os automóveis de mesmas caracte-

rísticas, independentemente da maneira como eram guardados ou conduzidos.

O perfil do segurado mede o risco a que o veículo está exposto. São usados dados estatísticos, tais como o número de acidentes relacionados ao sexo e à idade do condutor e o índice de roubo no bairro onde ele mora. As características levadas em conta variam de seguradora para seguradora e podem incluir, entre outros fatores, o tipo de estacionamento em que o veículo fica guardado.

É muito importante saber que as informações prestadas na proposta sempre se referem ao principal motorista, ou seja, aquele que usa o veículo em 85% do tempo. O preço do seguro tende a aumentar se o carro é dirigido também por outras pessoas, especialmente se na faixa de idade entre 18 e 25 anos.

É essencial fornecer informações verdadeiras porque, ocorrendo o sinistro, a seguradora irá conferir os dados e, se constatar falsidade de informação, pode não pagar a indenização.

Mantenha contato com a seguradora

Caso o valor do seu bem aumente ou diminua, avise a seguradora, para que seja feita a alteração do contrato, pois o máximo que será pago por qualquer sinistro será o valor estipulado na apólice. O bem não pode ter dois seguros com as mesmas funções. Só se pode fazer outro seguro para um mesmo bem se este for complementar ao outro, e mesmo assim as duas empresas devem saber da existência das duas apólices. Deve haver comum acordo entre seguradora e segurado para alterações de contrato e de valor do prêmio. Qualquer mudança no objeto ou local segurado deve ser comunicada o mais rápido possível à empresa. Pague sempre as parcelas do prêmio em dia para evitar problemas na eventualidade de um acidente ou roubo. Em caso de perda total do veículo, consulte as condições gerais de seu seguro, pois, em algumas situações, se você quitou o valor do prêmio à vista, tem o direito de exigir da seguradora a devolução proporcional às coberturas adicionais não utilizadas. Após realizar o conserto de alguma avaria, a seguradora deve ser avisada, para que possa realizar nova vistoria. E atenção com seus documentos: uma carteira de habilitação vencida pode impedir que você receba o valor do seguro.

Escolha um corretor de confiança e uma empresa idônea

Ao escolher um corretor, certifique-se de que ele seja registrado na Superintendência de Seguros Privados, (Susep) que fornece informações pelo telefone 0800 218484. É importante procurar um corretor de sua confiança, pois ele vai representá-lo junto à seguradora. Se você não conhecer nenhum corretor, entre em contato diretamente com uma sociedade seguradora ou banco. Consulte o Procon de sua cidade para saber se há queixas contra a seguradora. Faça uma boa pesquisa com várias empresas sobre os valores dos prêmios

para cada tipo de seguro, para avaliar se você está fazendo um bom negócio. Leia todas as condições do contrato e preste atenção nas exclusões e nas garantias oferecidas pelo seguro. Se for necessário, peça uma minuta para analisar com calma, não deixe nenhuma cláusula passar sem o completo entendimento e, se houver dúvida, consulte o Procon. É comum haver na proposta questões para avaliação de riscos pela seguradora. Cuidado ao respondê-las, pois qualquer omissão ou mentira pode impedir o

pagamento da indenização. Na determinação do perfil, informe os dados exatos de todos aqueles que usam o veículo, assim como todas as informações a respeito dos hábitos de uso do carro. Se o corretor preencher o questionário, revise-o atentamente. Verifique qual é a vigência do contrato e os prazos para o pagamento das indenizações em caso de sinistro. Atenção para a abrangência geográfica do seguro, verifique como ficam as coberturas em caso de ocorrência de sinistro durante viagens.